

**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**XXV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**14 de Abril de 2009**

1  
2  
3  
4  
5 No início da reunião, o **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)** saudou a todos  
6 com um bom dia. Convidamos a todos e a todas para irem tomando seus assentos à reunião terá  
7 início em alguns segundos. Convidamos para compor a mesa o Presidente do Conselho e Ministro  
8 do Meio Ambiente Carlos Minc, por favor, Ministro. **Sr. Ministro Carlos Minc Baumfeld.**  
9 **(Ministro do Meio Ambiente - Presidente CNRH).** Bom dia a todas e a todos. Queria  
10 cumprimentar todos os integrantes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e agradecer  
11 também o quorum numeroso, a presença de todos os segmentos, segmentos governamentais  
12 federais, estaduais, representação dos municípios, dos ambientalistas, da universidade, em suma,  
13 um conselho importante. Eu queria chamar a atenção da importância do que vai ser decidido hoje.  
14 Na reunião anterior eu já tinha me pronunciado, mas devido ao pedido de vistas e do adiamento da  
15 resolução para hoje eu queria reafirmar algumas questões importantes. Eu já tinha dito para vocês  
16 que enquanto deputado estadual do Rio eu fui autor da lei estadual de recursos hídricos, e como  
17 Secretário Estadual de Meio Ambiente do Rio nós conseguimos fazer um programa pesado de  
18 saneamento básico com apoio do Governador Sérgio Cabral usando os recursos do FECAM,  
19 triplicamos o recurso estadual para saneamento, Baía de Guanabara, Barra e Jacarepaguá, Lagoa e  
20 etc.. Agora a nível federal nós nos associamos ao Ministério das Cidades e as nossas equipes  
21 inclusive a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e a ANA estão trabalhando  
22 diretamente com Ministério das Cidades e provavelmente no dia 12 de maio nós faremos anúncio  
23 de um plano decenal de saneamento ambiental, inclusive discutindo bacia por bacia, suas  
24 vulnerabilidades, sua urgência para ter um critério com uma meta de dobrar o esgoto coletado e  
25 tratado no Brasil. Além disso, também, e a reunião é até hoje mesmo, foi organizada pelo nosso  
26 Secretário Vicente para começarmos a implantar o Parque Fluvial do São Francisco. A ideia de  
27 parque fluvial não é uma unidade do Chico Mendes é um conceito diferente, são várias  
28 intervenções envolvendo governos municipais e estaduais ao longo do rio criando equipamentos,  
29 reflorestamento, resíduos sólidos, recuperação de micro-bacias e nós teremos hoje uma reunião  
30 inicial com cerca de 12? (Intervenção fora do microfone). São dez prefeitos de trechos  
31 selecionados para começar o projeto da bacia fluvial do São Francisco, do Parque Fluvial do São  
32 Francisco e o presidente do comitê de bacia do São Francisco, também participando o Ministério  
33 da Integração e o Ministério das Cidades, e Turismo. Até porque há alguns municípios que a  
34 intervenção significa recompor sua vocação turística ligada ao rio e ligada a uma série de outras  
35 coisas. Então eu pretendo ser um ministro de recursos hídricos. Estou convencido de que essa  
36 pauta tem sido negligenciada, não negligenciada por desprezo, mas na verdade o que acontece é  
37 que há sempre tantas outras demandas, mesmo o Ministério do Meio Ambiente, o Presidente da  
38 ANA, Machado, ele muitas vezes fala disso com razão, a pauta do meio ambiente no Brasil ela  
39 acaba muito centrada na questão da Amazônia e do licenciamento ambiental, que são realmente  
40 urgências. Imagina, sem licenciamento ambiental não tem PAC, sem Amazônia não tem a defesa  
41 do planeta, então são pautas estratégicas. O problema é que essas pautas não podem obscurecer ou  
42 minimizar outras pautas igualmente importantes como a pauta dos recursos hídricos, do  
43 saneamento. Então eu quero, eu já falei aqui algumas vezes isso, mas quero reafirmar que a nossa  
44 gestão ela vai colocar a questão dos recursos hídricos no mesmo nível da questão do  
45 licenciamento, no mesmo nível da questão da Amazônia, até porque a questão dos recursos  
46 hídricos existe também na Amazônia. Aliás, graças ao monitoramento que a ANA fez nós  
47 detectamos problemas relativamente graves ligados a enchentes no rio Amazonas, no Estado do  
48 Amazonas, o que será amanhã objeto de uma coletiva na ANA com a Defesa Civil, mostrando o  
49 que foi detectado; sem catastrofismos, sem alarmismos, mas mostrando que realmente o nível, o  
50 volume, o corpo dos rios devido uma precipitação muito elevada está acompanhando a curva dos

51 momentos extremos de cheia que houve em determinado momento. Até mostrar mais um tipo de  
52 trabalho que a ANA faz e que até às vezes é pouco conhecido e que serve entre outras coisas  
53 espera-se para prevenir. Então amanhã estaremos fazendo. Essas pautas que eu estou anunciando,  
54 hoje a reunião dos prefeitos para falar do Parque Fluvial do São Francisco; amanhã a questão da  
55 ANA falando da questão da enchente no Amazonas, e dia 12 com o Ministério das Cidades falando  
56 do Plano Decenal de Saneamento. Então eu acho que apenas essas três pautas todas muito em  
57 cima, uma hoje, uma amanhã e uma no dia 12 mostram que a questão dos recursos hídricos não  
58 será periférica na gestão do Ministério do Meio Ambiente e também na questão nacional. Eu quero  
59 dizer que o que vai ser discutido e votado hoje já em segunda dado o pedido de vistas, o Presidente  
60 Lula, a Ministra Dilma e demais membros do governo eles já tiveram uma exposição feita pelo  
61 presidente José Machado e seus colegas da diretoria da ANA sobre o plano da bacia hidrográfica  
62 do Araguaia-Tocantins, objeto exatamente da nossa sessão de hoje desse conselho. O presidente  
63 ficou tão impactado com o tratamento conjunto de questões como irrigação, eclusas e hidrovias,  
64 saneamento na região de Belém, áreas de interesse turístico, a questão de hidrelétricas as mais  
65 interessantes, às menos interessantes, que ele já marcou uma nova reunião com vários ministros e  
66 foi inclusive adiada para se não me engano dia 8 de maio; para que todos os ministros incorporem  
67 o que vai ser discutido, espero que aprovado, hoje aqui que é o plano de bacia hidrográfica do  
68 Araguaia-Tocantins. O meu objetivo em relação a isso eu conversei bastante com o Vicente e com  
69 o José Machado e seus companheiros da diretoria da ANA é empoderar o Conselho Nacional de  
70 Recursos Hídricos. As pessoas que militam na área dos recursos hídricos, das bacias, do  
71 saneamento, muitas vezes eles têm aquele sentimento de que reúnem, discutem, estudam e propõe,  
72 mas que as decisões que tomam não obrigatoriamente são incorporadas no núcleo duro das  
73 decisões do governo em relação aos projetos estratégicos envolvendo transportes, envolvendo  
74 agricultura, envolvendo geração de energia. É como se fosse algo tipo assim um estudo, algo  
75 indicativo, uma sugestão. E nós estamos querendo realmente que esse Conselho Nacional de  
76 Recursos Hídricos ele tenha poderes como o CONAMA tem, de definir normas e que essas normas  
77 sejam incorporadas as decisões econômicas, as decisões estratégicas, as decisões de arranjo  
78 territorial e espacial do governo em todos os seus ministérios. Por isso eu acho muito relevante que  
79 o Presidente Lula e a Ministra Dilma já tendo visto a exposição do que vai ser discutido hoje  
80 marcaram para o dia 8 uma reunião com dez ministros de estado para apresentar a esses ministros o  
81 plano de bacia do Araguaia-Tocantins. Para que cada um nas suas respectivas pastas, ou seja,  
82 Agricultura, Saneamento, Transporte, Energia e etc., levem em conta, incorporem, façam com que  
83 isso faça parte das suas diretrizes das respectivas áreas governativas. Eu vejo isso como algo muito  
84 positivo. Recentemente nós tivemos uma reunião importante na Turquia, exatamente uma reunião  
85 mundial sobre a questão da gestão das águas. O Brasil teve uma representação muito forte, vários  
86 dos que estão aqui participaram, segundo o Presidente José Machado informou nós tivemos entre  
87 todos, ministérios e sociedade civil uma delegação de cerca de 120, 130 participantes, pelo menos  
88 essa é a ordem de grandeza, foi a maior delegação que o Brasil já levou para um encontro dessa  
89 natureza e que também o nosso estande, o da ANA, sobretudo, foi muito visitado, conferências  
90 envolvendo dirigentes e ministros de vários países, então o Brasil ele está assumindo um  
91 protagonismo maior em relação à questão dos recursos hídricos e é natural que assim o seja,  
92 detentores que somos da maior reserva de água doce. Eu quero dizer que eu próprio participei no  
93 Rio de uma reunião com ministros do MERCOSUL que entre outros pontos estava à questão do  
94 aquífero guarani que é outra questão da maior relevância. Não adianta a gente fazer uma gestão  
95 boa e cuidar se os países que também tem nos seus solos esse aquífero não fizerem uma gestão  
96 que impeça a sua contaminação, então nós estamos diretamente participando disso. Nessa reunião  
97 inclusive a nossa posição foi muito forte porque devido a alguns conflitos entre alguns países  
98 relativos a recursos hídricos, eu estou falando de países do MERCOSUL, havia alguns que não  
99 queriam colocar o ponto de recursos hídricos na pauta e colocar outros pontos em que havia  
100 problemas entre alguns dos nossos vizinhos e partícipes do MERCOSUL. A posição do Brasil foi

101 muito decisiva no sentido de trazer à pauta dos recursos hídricos para dentro do MERCOSUL  
102 incluindo o aquífero guarani que todos aqui sabem não preciso dizer da importância que isso tem.  
103 Então eu vou acompanhar pelo que me foi informado pelo Secretário Executivo Vicente, nós além  
104 da votação do Plano de Bacia do Araguaia-Tocantins temos outros pontos de pauta, duas  
105 apresentações, eu não vou poder participar dessa segunda parte porque eu tenho outra agenda  
106 inclusive nesse mesmo prédio em outro andar que é o Balanço da Moratória da Soja. Nós temos  
107 feito com os setores empresariais acordos públicos envolvendo madeira, carne, soja e etc., com  
108 metas e monitorando essas metas. A moratória da soja foi feita com a ABIOVE que são os  
109 exploradores de óleo vegetal de não comprar soja de áreas degradadas da Amazônia, só para dizer  
110 que a gente não fala da Amazônia, é uma pauta necessária, mas não pode ser sufocante e  
111 excludente das demais. Não podemos largar o (inaudível), pelo amor de Deus. Então é o balanço é  
112 bom, nesses dez meses foi monitorado por ONGs, pelo governo e pela própria ABIOVE. Há um  
113 cumprimento de cerca de 95% dos termos da moratória, ou seja, não se resolve desmatamento só  
114 com o IBAMA e com polícia. Se não tiver Zoneamento Econômico Ecológico, planos de bacias,  
115 regularização fundiária, Fundo Amazônia, só pancada, só a polícia e só IBAMA não resolve. Tem  
116 que comprometer setor produtivo, governos estaduais, outros ministérios. Eu quero dizer que  
117 quinta-feira nós vamos fazer outro anúncio interessante. Vamos mostrar que nós estamos  
118 monitorando agora todos os biomas e não apenas a Amazônia. Ou seja, antes a gente monitorava, o  
119 INPE monitorava a Amazônia por isso que o Plano Clima que o Presidente Lula assinou no dia 1º  
120 de dezembro tem metas de desmatamento para o bioma Amazônia, só pode ter meta se tem uma  
121 série até para saber o quanto você pode reduzir em função de uma série histórica. Quinta feira nós  
122 vamos apresentar para a sociedade já todas as equipes que estão co-participando do monitoramento  
123 do Cerrado, da Caatinga, do Pantanal, da Mata Atlântica, do pampa e da Amazônia que já é  
124 monitorada. Muito bem. Então eu vejo que um bom plano de bacia combinado com o Zoneamento  
125 Econômico Ecológico faz parte da legalidade ambiental e da racionalidade ambiental. Qual é o  
126 sentido de você fazer hidrelétricas e não fazer as hidrovias? Uma hidrovia desmata muito menos, é  
127 menos desmatamento, menos asfalto, menos caminhão soltando diesel, então por que não há essa  
128 concatenação? Quero dizer que nós conversamos muito com o Ministério dos Transportes e com o  
129 Ministério de Minas e Energia e esses três ministros contando com o nosso concordam que a partir  
130 de agora sempre que possível; sempre que viável, haja uma coordenação de tal forma que a gente  
131 possa usar o lema “mais energia e mais hidrovia”. Isso é uma das coisas que esse plano de bacia  
132 incorpora, sugerindo várias eclusas. A questão da agricultura também, muitas vezes alguns órgãos  
133 de imprensa colocam o meio ambiente contra a agricultura. Então o meio ambiente quer proteger  
134 tudo e não pensa na agricultura. Não é verdade. Nós queremos uma agricultura importante, a  
135 agricultura tem segurado os preços, tem ajudado a pauta de exportações, quer dizer, eu acho que os  
136 nossos agricultores eles não podem ser tratados como bandidos, ao contrário, têm que ser tratados  
137 como pessoas, familiares e empreendimentos que estão ajudando a segurar o país. Exatamente por  
138 isso recursos como a irrigação podem potencializar a agricultura em uma mesma área produzindo  
139 muito mais e diminuindo a pressão em cima de biomas intocados. Eu acho que essa é a forma mais  
140 inteligente de proteger setores intocados e importantes de biomas não só da Amazônia como, por  
141 exemplo, do Cerrado ou da Caatinga é exatamente recuperar áreas degradadas e através de várias  
142 metodologias, inclusive a irrigação, não é a única, mas é uma das mais poderosas, intensificar. E  
143 esse plano de bacia do Araguaia-Tocantins ele incorpora isso, ele identifica uma área aonde eu não  
144 tenho o número de cabeça, mas ordem de grandeza, o Machado e o Vicente hão de me corrigir,  
145 algo como uma área que você tem 150.000 hectares irrigados e o potencial é de um milhão e meio,  
146 ou de um milhão, na verdade, de 5 milhões. Ou seja, nós estamos utilizando um potencial de  
147 irrigação nessa área que é menos de 10% do que ele poderia ser sem prejudicar naquele trecho os  
148 outros usos; porque uma das metas de qualquer plano de bacia hidrográfica é compatibilizar o uso  
149 múltiplo das águas, garantindo o transporte, a energia, o abastecimento, a agricultura, a pesca, o  
150 turismo e todas as outras formas que a água pode servir ao desenvolvimento humano e ao

151 desenvolvimento ambiental. A energia limpa e renovável que é necessária até para nós evitarmos  
152 sujar a nossa matriz com mais térmicas a óleo e a carvão usando o que a gente tem de melhor que é  
153 também solar, eólica e biomassa. Mas é claro que a base hídrica é o que faz com que o Brasil tenha  
154 uma das matrizes energéticas mais limpas. E realmente simplificar e dar mais legitimidade para o  
155 licenciamento de boas hidrelétricas, àquelas que geram muita energia alagando poucas áreas, ou  
156 seja, tem uma boa relação entre energia gerada e área alagada, se isso vai com a legitimidade de  
157 um Conselho Nacional de Recursos Hídricos a chance de isso ser questionado por um  
158 ambientalista, pelo Ministério Público, que algum juiz dê uma liminar, diminui consideravelmente;  
159 porque isso vai com um reforço que você desaconselha uma ou outra e diga que não: aquelas lá são  
160 boas, necessárias e não conflitam com os outros usos. Aqui não há só o governo federal aqui tem  
161 sociedade civil têm os governos estaduais, tem a universidade, tem os ambientalistas, então essa  
162 legitimidade ela compensa de sobra você descartar eventualmente uma ou outra para esse momento  
163 deixando eventualmente uma discussão para mais tarde em outro momento dependendo da  
164 necessidade de geração de energia, em suma, dos planos energéticos. Eu acho que o governo, eu  
165 conversei bastante isso com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma, com o Ministro Lobão, com  
166 Márcio Zimmermann que é o nosso Secretário Executivo de Minas e Energia, com o Dr. Muniz,  
167 Presidente da ELETROBRAS, e eles gostaram muito dessa ideia. Da ideia de nós tratarmos de uma  
168 forma ampla e conjunta ao invés de você ter a cada hidroelétrica ser uma guerra, com atrasos, com  
169 ações e com embargos, você realmente concentrar e dar legitimidade e dar racionalidade e associar  
170 com irrigação, associar com as recusas e as hidrovias. O governo está muito contente com esse  
171 reforço, com esse empoderamento que nós resolvemos dar para o Conselho Nacional de Recursos  
172 Hídricos. Quer dizer, hoje não sei, o Vicente e o Machado hão de me corrigir se é ou não a  
173 primeira vez que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos vota um plano de bacia hidrográfica.  
174 É a primeira vez. Então é a primeira vez que um plano de uma bacia hidrográfica tão importante  
175 como o Araguaia-Tocantins, uma das maiores, senão a maior... (Intervenção fora do microfone). A  
176 maior brasileira, então hoje nós estamos de alguma maneira, fico muito contente com isso, não  
177 deixa de ser algo na história do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós estamos votando  
178 pela primeira vez o plano de bacia hidrográfica da maior bacia hidrográfica brasileira, sendo que o  
179 presidente da república já marcou para um dia uma reunião com ministros para dizer: - Meus  
180 amigos o plano aprovado é esse, vamos incorporar essas diretrizes nos nossos ministérios. Eu acho  
181 que isso é muito bom para a área de recursos hídricos, isso é muito bom para esse conselho, e eu  
182 quero dizer que daqui para frente é daí para cima. Cada vez mais nós vamos trazer para esse  
183 conselho decisões importantes, submetê-la ao voto democrático, submetê-la à apreciação de todos  
184 os setores da sociedade e depois brigar para que os demais setores o: cumpra-se. O cumpra-se  
185 dessa decisão. Para que o que for realmente resolvido aqui seja incorporado, não fique sendo um  
186 livro na estante do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, vire coisas reais, decisões,  
187 modificações, metas, sistemas, rotinas envolvendo áreas tão importantes como agricultura, energia,  
188 transporte, saneamento, pesca, turismo e etc.. Então eu queria dizer da minha satisfação de ver esse  
189 conselho com um quórum tão elevado, queria parabenizar os organizadores por essa mobilização e  
190 os presentes por terem vindo em peso e devolver a palavra para nosso Secretário Geral Vicente  
191 para proceder ao encaminhamento das questões. Muito obrigado. Saudações ecológicas e  
192 democráticas para todos os presentes. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).**  
193 Eu queria reiterar as boas vindas a todos vocês. Um informe bastante rápido. Lembrar a todos que  
194 a nossas reuniões agora passam a ser transmitidas ao vivo via internet no site do conselho no  
195 [www.cnrh-srh.gov.br](http://www.cnrh-srh.gov.br). E tem aqui um relato dizendo que tivemos vários acessos identificados na  
196 reunião passada e também mensagens de incentivo pela iniciativa que foi adotada. Informar que  
197 todos os segmentos realizaram suas assembleias para o mandato de 2009 a 2012 e a posse dos  
198 novos membros acontecerá na 21ª Reunião Ordinária do CNRH, previamente agendada para os  
199 dias 25 e 26 de maio. Comentar que no dia 9 de abril foi encaminhado ofício solicitando o nome do  
200 representante das instituições, isso também foi solicitado se esse ofício já havia sido encaminhado.

201 Então aqui informando a todos vocês que no dia 9 de abril foi encaminhado ofício solicitando  
202 nome do representante das instituições que comporão o conselho nacional, que essa ação é  
203 resultante das assembleias que aconteceram entre dia 27 de março e o dia 2 de abril. Lembrar que  
204 acontecerá amanhã dia 15 e 16 uma oficina: Enfoque Ecológico Aplicado à Gestão de  
205 Recursos Hídricos. Acontecerá às 9h aqui nesse auditório. É uma realização da Secretaria de  
206 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, com apoio da SBF e CONABIO. Todos vocês também  
207 receberam convite que foi encaminhado no dia 2 de março. Como vocês sabem que eu sigo a risca  
208 o roteiro aqui diz assim: anuncie a presença dos convidados ilustres. Eu pedi a lista de presença  
209 porque eu vou ler todos os que estão aqui presentes são nossos convidados ilustres para a reunião  
210 de hoje. Eu queria convidar o Marley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio do Conselho que  
211 vai nos auxiliar na condução dos trabalhos. Informar que todos vocês já receberam previamente a  
212 agenda de trabalho do dia de hoje. Aqui também pede para que a gente informe que dado o tempo  
213 reduzido entre a reunião anterior e essa não foi possível encaminhar na pauta a apreciação da ata da  
214 última reunião; pois a empresa responsável pela degravação encaminhou-a no dia 6 de abril,  
215 conforme o prazo de contrato assinado com o MMA, ocasião em que a reunião extraordinária já  
216 havia sido convocada e que, portanto, a ata da reunião passada será apreciada juntamente com essa  
217 na próxima reunião. Solicito ao Marley para que verifique o quorum do plenário. **Sr. Marley**  
218 **Caetano de Mendonça (Gerente de Apoio ao CNRH)**. Senhor secretário o plenário conta com  
219 quorum, são 42 conselheiros. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Muito  
220 bem, também agradeço o quorum e solicito a manutenção até o final. Essa reunião de hoje vai ser  
221 uma reunião mais reduzida do que as reuniões normais, e já vamos nos preparando para a próxima  
222 em maio que será de 2 dias. Eu peço ao Marley que leia os informes e os procedimentos  
223 regimentais. **Sr. Marley Caetano de Mendonça (Gerente de Apoio ao CNRH)**. Informes.  
224 Solicitamos que a cada intervenção os conselheiros informem o seu nome e identidade ou órgão  
225 que representam para efeito de registro facilitando o trabalho da Secretaria Executiva na  
226 elaboração da ata. Intervenções não serão permitidas durante a apresentação de matéria ficando  
227 facultado a cada conselheiro que estiver com a palavra concedê-la ou não. Encerradas as  
228 discussões a matéria será submetida ao plenário para votação. Durante o processo de votação não  
229 será concedida a palavra para novos pronunciamentos, nem pedido de vistas e apartes. A matéria  
230 será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes, ou seja, a metade  
231 mais um dos votos dos conselheiros que se encontrem presentes no momento da votação.  
232 Procedimentos. Somente terão direito a voto os conselheiros titulares, os conselheiros suplentes  
233 com direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes. Os conselheiros  
234 suplentes terão direito a voz. O relator de cada matéria deverá fazer uso da palavra por dez minutos  
235 para apresentá-la ao plenário com suas respectivas justificativas. Após a apresentação das matérias  
236 serão abertas inscrições para os conselheiros que quiserem se manifestar sobre o assunto. Os  
237 conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição, farão uso da palavra por três  
238 minutos devendo todos se ater exclusivamente sobre o assunto em discussão. **Sr. Vicente Andreu**  
239 **Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Obrigado Marley, então são três minutos destinados a cada  
240 conselheiro quando o assunto estiver em discussão e serão reservados dez minutos para  
241 apresentação da matéria. A matéria já foi apresentada na reunião passada, mas há um pedido de  
242 vista, então será concedido esse tempo de dez minutos ao Conselheiro João Clímaco que solicitou  
243 o pedido de vistas, então ele terá dez minutos para a apresentação do seu parecer. No caso das  
244 apresentações que ocorrerão ao final da nossa reunião o tempo previsto é de 20 minutos para cada  
245 uma das apresentações dos outros assuntos, os dois outros assuntos que são as duas outras  
246 apresentações. Solicito ao senhor Marley que proceda a leitura dos novos conselheiros indicados.  
247 **Sr. Marley Caetano de Mendonça (Gerente de Apoio do CNRH)**. O Ministério do Meio  
248 Ambiente indicou o Sr. Paulo Lopes Varella como conselheiro suplente. O Ministério de Ciência e  
249 Tecnologia indicou a Sra. Eliana Maria Gouveia Fontes como conselheira suplente. O Ministério  
250 de Minas e Energia indicou o Sr. Josias Matos de Araújo como conselheiro titular. **Sr. Vicente**

251 **Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Então estão empossados os novos membros do  
252 conselho para uma reunião. É isso? Depois todos terão que ser reconduzidos para o próximo  
253 mandato, mas queria saudar os novos conselheiros e as conselheiras que tomam posse nessa  
254 reunião. Agradecer aos conselheiros que deixam o mandato e foram substituídos, pelo trabalho já  
255 prestado. Então inicialmente gostaria de perguntar se há alguma matéria de urgência ou alguma  
256 matéria a ser retirada de pauta? Em não havendo eu solicito ao Marley para que leia a ordem do  
257 dia. **Sr. Márley Caetano de Mendonça (Gerente de Apoio do CNRH)**. Senhor Secretário a nova  
258 ordem do dia é a seguinte: abertura, em seguida a ordem do dia item 1 - deliberação sobre proposta  
259 de resolução objeto de pedido de vista. Item 1.1 - Proposta de resolução que aprova proposta de  
260 plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia. Item 2  
261 – Apresentações. Item 2.1 – Recomendações do workshop Influência de usinas hidrelétricas no  
262 funcionamento hidro-ecológico do Pantanal, Brasil, realizado durante VIII INTECIL –  
263 Conferência Internacional de Áreas Úmidas, em Cuiabá, de 20 a 25 de julho de 2008, a ser  
264 realizado pela Sra. Débora Fernandes Calheiros, pesquisadora da Embrapa Pantanal. Item 2.2 –  
265 “Os efeitos das mudanças climáticas nas cidades litorâneas”, a ser realizado pelo Dr. Francisco  
266 Assis de Souza Filho, da Universidade Federal do Ceará. Em seguida informes e por último  
267 encerramento. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Muito obrigado. Para  
268 um aquecimento em votação a nova ordem do dia. Conselheiros e conselheiras que são favoráveis  
269 a nova ordem do dia com seus crachás na mão, por favor. Muito obrigado. Aqueles que são  
270 contrários. Abstenções. Então aprovada à nova ordem do dia. Então primeiro item, o item 1.1 -  
271 resolução que aprova proposta de plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos  
272 rios Tocantins e Araguaia. Encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos  
273 Hídricos. Eu gostaria de convidar à mesa o presidente da câmara técnica do plano, Sidney Gusmão  
274 Agra, por favor, foi quem fez o encaminhamento da resolução em plenário. Eu já queria também  
275 pedir para que estivesse junto conosco aqui à mesa, assim que chegar a cadeira, o Sr. João Gilberto  
276 Lotufo, representante da ANA no intuito de que se houver alguma necessidade de algum  
277 esclarecimento adicional, porque nós estamos aqui em um jogo de 180 minutos, dois tempos, não é  
278 isso? Aliás, ministro o interessante era ter uma forma diferente aqui de organização, porque quem  
279 fica na mesa não consegue acompanhar a apresentação das pessoas que estão em plenário. Eu vi  
280 isso em um auditório, um televisor para as pessoas que estão na mesa também poder acompanhar.  
281 Queria agradecer ao João Lotufo. Queria informar que durante essa reunião visto que já houve o  
282 pedido de vista na reunião anterior não cabe pedido de vista e coloco então a matéria inicialmente  
283 para apreciação, convido o Conselheiro João Clímaco para durante dez minutos fazer a  
284 apresentação aqui do seu parecer referente ao seu pedido de vistas solicitado na reunião anterior.  
285 João Clímaco. **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)**. Bom dia aos meus  
286 parceiros membros desse conselho. Meu nome é João Clímaco eu sou representante das  
287 organizações não-governamentais e da sociedade civil nesse egrégio conselho. Quero  
288 cumprimentar a mesa na pessoa do senhor ministro. Agradecer a participação de todos nós aqui e  
289 dar ciência do nosso parecer sobre a proposta anteriormente que foi objeto do pedido de vista. Em  
290 princípio eu acho preciso salientar que todos nós que estamos aqui estamos aqui porque  
291 acreditamos que existe um acumulado de instrumentos e normativos que a gente acredita senão a  
292 gente não estava aqui. Nós acreditamos que existe uma política pública, muito mais do que um  
293 sistema de gestão de recursos hídricos existe uma política pública que é um conceito que eu uso no  
294 lugar de sistema. Esse conceito de sistema de gestão de recursos hídricos ele obscurece a ideia de  
295 política pública que temos que ter no Estado Brasileiro para as águas desse país, e nada mais do  
296 que justo que ainda tenhamos valorizar qualquer iniciativa de planos de gestão de recursos  
297 hídricos. Eu lembro que quando a gente estava em um processo de mobilização de a gente vir aqui  
298 para o conselho e o pessoal falar assim: - João porque você vai tão interessado nessa questão se  
299 essa política pública, esse sistema é só para valorizar o lado econômico da água? Discursos os mais  
300 diversos possíveis eu ouvia tanto a favor como contra a nossa participação nesse conselho. E a

301 gente tinha a seguinte resposta: eu acho que nós estamos em um mundo hoje que temos que ter  
302 instrumentos para regular o uso econômico da água e os planos de bacia e os outros instrumentos  
303 como a própria palavra diz eles têm essa finalidade. Então não são de todo corretas algumas  
304 afirmações de que a nossa motivação pelo pedido de vista desconhece a importância desse  
305 instrumento, só que o que foi colocado é que aspectos estruturais da construção de um plano de  
306 bacia não foram considerados e isso foi explicitado no nosso parecer. Então eu divido esse nosso  
307 parecer em dois olhares. Um olhar mais técnico, eu contei com a colaboração de várias entidades  
308 que de maneira açodada tiveram que me ajudar para fazer esse parecer, e o outro mais político que  
309 eu acho que é o mais importante. Até porque nós não estamos interessados e ninguém está  
310 interessado em fazer um papel secundário de legitimação daquilo que você não acredita. Se eu  
311 acredito que precisa ter plano de bacia a gente tem que legitimar um plano de bacia, mas que seja  
312 ao nosso entender de acordo com o que nós aprendemos; e que seja feito dentro de uma legalidade  
313 dos princípios que a lei orienta. Fiquei muito agradecido e feliz com a palavra do ministro que  
314 colocou, começou a ver essa questão, o próprio conselho como um ator importante. Isso para mim  
315 foi uma palavra muito forte porque quando o nosso secretário chegou aqui uma primeira coisa que  
316 ele me perguntou e saiu sondando: - o que você está achando do conselho? Eu falei: - o conselho  
317 está passando por uma fase de desqualificação e desprestigiamento dentro da política do Estado,  
318 dentro da política nacional. O Secretário Vicente Guillo sabe disso, e eu expliquei o porquê,  
319 Infelizmente essa sensação voltou com a proposta desse plano. Por outro lado eu fiquei feliz  
320 também quando o ministro começou a falar em plano de bacia e não plano estratégico de bacia. O  
321 nosso parecer ele faz uma distinção entre as duas coisas. E faz um histórico que eu não sei se seria  
322 interessante eu passar, falar brevemente sobre isso, mas essa questão conceitual de plano  
323 estratégico e plano de bacia tem sido objeto de muitos questionamentos nossos nos últimos dois  
324 anos exatamente porque ele encobria, encobre e mistifica e obstruir o conceito de participação  
325 social na gestão. Quando se falava em plano estratégico e plano de bacia na verdade eu explico  
326 aqui nessa primeira parte do parecer que a própria ANA fez uma confusão conceitual nas palavras.  
327 Tem hora que é plano de bacia, tem hora que é plano estratégico. Para nós são duas coisas  
328 plenamente diferentes. Não existe ainda o plano de bacia, mas como o senhor falou com tanta  
329 ênfase no plano de bacia eu gostaria de acreditar que nós estamos construindo realmente um plano  
330 de bacia e não legitimando o que eu chamo de plano estratégico; que na verdade é um conceito que  
331 tem uma perspectiva mais autoritária, mais centralista, mais economicista e funcionalista do que  
332 um plano de bacia construído com a participação social; com uma metodologia de participação  
333 correta que não gere esse tipo de comportamento que surgiu com um manifesto de mais de 10  
334 entidades da região do baixo Tocantins pedindo que a gente fizesse esse pedido de vistas. Então  
335 nós estamos realmente interessados senhor Ministro em construir o plano de bacia. Não existe  
336 nenhuma tentativa de obstruir e de criar problemas, ao contrário, nós entendemos que o plano de  
337 bacia é um instrumento para garantir o uso múltiplo da água, os direitos que a sociedade precisa  
338 construir e conquistar. Agora do jeito que foi feito não realmente na verdade legitima uma ótica de  
339 sub-reptícia de passar por cima de uma ideia que está na lei e que é fundamentada em lei e têm  
340 todos os instrumentos definidos, toda forma e metodologia definida, que por sua vez foi  
341 encaminhada de maneira açodada e muito unilateral. E na sua execução muito embora nós  
342 tenhamos avisado todo o tempo dentro do conselho das dificuldades que tinha, estava se  
343 colocando, não foram contempladas as nossas solicitações. Nessa parte política então eu quero  
344 dizer que essa ideia de plano estratégico quando ela vem de referências que a gente não conhece,  
345 muito embora, fale todo tempo na Lei 9.433, a minha primeira fala ela tenta mostrar aqui a  
346 confusão conceitual e uma confusão proposital para encobrir os princípios de participação e de co-  
347 gestão que a Lei 9.433 permite. Então essa é uma questão política que o plano estratégico de bacia  
348 que agora todo mundo só fala em plano de bacia tem que ser bem diferenciada essas duas coisas.  
349 Não podemos confundir o que é plano estratégico e o que é plano de bacia. No nosso modo de ver  
350 nós estamos construindo um plano de bacia ainda, isso porque concretamente nós tivemos falhas

351 que deram origem a essas manifestações, falhas processuais que levaram a um estado de  
352 inquietação. Agora mesmo recebi documentos do alto Tocantins, nós já tínhamos feito um relato já  
353 aqui encaminhado os documentos sobre o pessoal do baixo Tocantins especialmente na questão do  
354 Maranhão...**Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Oito minutos  
355 conselheiro. **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)**. A reunião é para tratar  
356 desse assunto. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Tem um  
357 tempo...**Conselheiro João Clímaco Soares de Men0donça (ONGs)**. Então diante disso tudo a  
358 gente entendeu com essas falhas processuais que a metodologia do tal plano estratégico de bacias  
359 não levou a sério e não teve, não considerou aspectos de sensibilidade política para essa questão da  
360 participação, levando a ter um olhar e uma visão muito superficial da questão da organização das  
361 consultas públicas conforme foi relatado no processo. Em especial o Estado do Maranhão que é um  
362 estado onde nós temos uma atuação mais sistemática. Até porque nós entendíamos que naquele  
363 estado nós poderíamos ter uma construção de um sistema sem a imperfeição que a gente vê em  
364 outros estados, e com o concurso do Ministério Público nós tínhamos uma situação de nulidade dos  
365 atos do conselho estadual e do próprio órgão gestor no que diz respeito à gestão de recursos  
366 hídricos. E mesmo sendo avisados os órgãos aqui em Brasília eles não deram a mínima  
367 importância para isso deixando a margem todo um contexto de participação e de vontade de  
368 contribuir. Então eu acho que isso por si só exclui um estado da sua qualidade de intervenção,  
369 exclui a qualidade da intervenção de um estado que poderia dar uma contribuição muito mais rica;  
370 questões menores, visões políticas equivocadas por parte daqui de Brasília não levou em  
371 consideração o papel das representações que aqui estavam colocando e formalizando que havia  
372 impedimento jurídico para que esse plano tivesse contemplado toda uma metodologia correta.  
373 Então isso é uma questão séria que a gente viu que ele inviabiliza o conceito de plano de bacia e  
374 muito mais ainda de plano estratégico de bacia. Alguns aspectos que eu queria colocar também  
375 foram explicitados na carta que o pessoal colocou, quer dizer, essa desconsideração é muito fácil  
376 você fazer de conta que não tem problema...**Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
377 **CNRH)**. Conselheiro seu tempo se esgotou. Eu darei dois minutos adicionais. Eu peço para que  
378 você conclua dentro do tempo regimental, por favor. **Conselheiro João Clímaco Soares de**  
379 **Mendonça (ONGs)**. Eu acho que a emergência dessa reunião pela gravidade e pela importância  
380 dos fatos sugere uma atenção a qualidade do que está se falando para que haja uma visão mais  
381 justa de contemplar os interesses que estão em jogo. Eu quero deixar claro aqui que o conselho  
382 nessa história toda ficou a reboque inclusive na própria proposta do tal plano estratégico, ficou a  
383 reboque da sua missão e da sua responsabilidade. Apraz-me ouvir do Ministro que agora o  
384 conselho vai ter essa consideração, mas no processo aqui o conselho que seria o ator principal, não  
385 tem comitê de bacia, o próprio conselho tem essa missão, ele foi colocado a reboque e o próprio  
386 encaminhamento que está no plano mostra que o conselho ficou secundário até na proposta da  
387 questão política. Não estou nem falando da questão processual técnica que tem algumas coisas que  
388 eu fiz observação, quer dizer, um grupo gestor onde o conselho passa a ser parte acessória do  
389 grupo gestor, e não ter a missão institucional e a missão legal de ser o ator mais importante da  
390 gestão da bacia e da gestão da execução do plano. O que chama muita atenção é porque não é  
391 interessante para ninguém ser figurante em uma história que está pronta e muito mais para a  
392 sociedade civil, quer dizer, cabe ao nosso timoneiro secretário considerar que é um papel do  
393 secretário ser o motor de legitimação do conselho na política pública das águas do Brasil e não  
394 ficar acessório a um processo político. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
395 **CNRH)**. Eu agradeço o elogio, mas o seu tempo se esgotou. Eu peço João Clímaco, é uma  
396 questão regimental, assim como o pedido de vista, em consideração a todo o público presente,  
397 outras pessoas vão falar e a matéria será colocada em discussão, portanto, poderá haver uma  
398 intervenção. Então, por favor, uma fala só de encerramento João Clímaco se você assim o desejar.  
399 **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)**. Eu acho que dada à gravidade e a  
400 importância do fato a atuação do Secretário no sentido de corrigir, encaminhar essa discussão



401 merecia um olhar diferente, e não essa cultura que não ajuda a construir a explanação das ideias.  
402 Eu fiz e propus porque eu quero deixar clara a nossa preocupação quanto à conduta e a forma  
403 como está se viabilizando esse processo. Tem uma proposta alternativa, a gente vai colocar em  
404 discussão e no mínimo eu não vim aqui ganhar nem perder nada. Eu vim aqui dar um testemunho  
405 de uma inquietação da sociedade brasileira em relação a isso. Eu acho que nós cometemos  
406 equívocos grandes Ministro. Faz dois anos e meio que eu estou aqui, depois que nós atropelamos o  
407 comitê de bacia e deixamos toda a discussão da sociedade civil de lado, e esse conselho de uma  
408 maneira equivocada legitimou a transposição nunca ouvi falar mais do Rio São Francisco nesse  
409 conselho, quer dizer, acabou o Rio São Francisco, e agora parece que está acontecendo isso com  
410 Araguaia e Tocantins. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Eu agradeço  
411 ao conselheiro. Agora a matéria será colocada em discussão. A palavra está aberta a todas as  
412 conselheiras e aos conselheiros presentes que queiram debater a matéria. Eu tenho que fazer dois  
413 registros. O primeiro deles já encaminhado a vocês, nós resgatamos como uma contribuição de  
414 emenda da reunião passada a sugestão do Conselheiro Hugo de que o estágio de implementação do  
415 plano seja apresentado ao conselho a cada dois anos. Houve uma proposta de redução para um ano,  
416 então essa emenda já é uma emenda que está sendo considerada pela mesa. Eu queria também  
417 Conselheiro João Clímaco também em razão do regimento dizer que o seu parecer ele não conclui  
418 com proposta de emenda, ele tem uma série de conclusões gerais, então durante o debate é preciso  
419 que você transforme, era importante que você ou apresente ou encaminhe à mesa as emendas que  
420 você formulou. **Sr. Ministro Carlos Minc Baumfeld (Ministro do Meio Ambiente - Presidente**  
421 **CNRH).** O importante é que tenha algo em votação. Não havendo uma proposta alternativa vota-se  
422 a proposta, mas é importante que os conselheiros se manifestem. Até porque o tempo foi dado e  
423 mais as duas prorrogações, se proposta houvesse era o tempo para ela ser apresentada. **Sr. Vicente**  
424 **Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Então a matéria em discussão. A palavra aberta  
425 aos conselheiros e as conselheiras. Imbiriba, por favor, Conselheiro Imbiriba, logo em seguida  
426 João Clímaco. Por favor, Marley nos auxilie. Perdão João Bosco, João Clímaco, foi uma confusão  
427 mesmo, não houve nenhuma brincadeira com o bairro lá onde eu jogava futebol quando eu era  
428 criança. Por favor, Imbiriba. **Conselheiro Manoel Imbiriba Júnior (CERH/PA).** Bom dia.  
429 Presidente, nobre conselheiro, eu quero dizer que o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos do  
430 Pará é a favor da aprovação da resolução para a gente deixar claro qual é o papel que a gente  
431 cumpre aqui. Eu não tenho conhecimento desse parecer mais aprofundado do Conselheiro que  
432 pediu vistas e o conjunto das entidades que nós pedimos inclusive para endereçar algumas questões  
433 referentes à questão da bacia. Quero dizer que o Estado do Pará eu tenho aqui a participação do  
434 grupo técnico, não só do GTA, mas das reuniões públicas. Então no Pará foram 29 associações que  
435 participaram quase 30, fora a Secretaria Estadual de Meio Ambiente; universidade, procuradoria,  
436 Centro Universitário do Pará; Congresso Israelita da Amazônia; o consórcio que nós temos lá no  
437 baixo Tocantins que a gente trabalha inclusive com a AQUABIO em função da barragem do  
438 Tucuruí; Fórum da Amazônia Oriental; diversos procuradores tanto de recursos hídricos e  
439 mineração do Pará, a Secretaria de Estado, e Universidade Estadual do Pará, e uma relação de  
440 quase trinta entidades. Observando a fala do conselheiro que pediu vistas mistura uma série de  
441 questões, às vezes entra no mérito, resvala, mas vêm discutir inclusive a atividade política desse  
442 conselho. Eu acho que são discussões importantes que nós estamos travando inclusive do próprio  
443 funcionamento, (inaudível) ativamente e efetivamente fazendo quadro e a importância dos recursos  
444 hídricos no Brasil e a função desse conselho e dos órgãos que também fazem parte do sistema, eu  
445 acho que também primam pela participação das organizações não-governamentais. Agora, temos  
446 que chegar a uma definição. O que se quer afinal de contas? Na Amazônia a gente tem dito que o  
447 comitê de bacias é o modelo adequado para a gente fazer gestão hídrica? Eu tenho dúvidas em  
448 relação a isso dada à dinâmica. E aí ministro, jornais da Amazônia hoje, hoje é o Xingu (inaudível)  
449 foi para o fundo, morte, 20.000 desabrigados, acelerar essa política (inaudível), a Amazônia é  
450 pauta sim assim como o bioma do cerrado é pauta e o Araguaia-Tocantins é pauta dentro dessa

451 complexidade, 11%... A segunda maior bacia com 11%, 409 (inaudível), um milhão de  
452 quilômetros quadrados, são 10 milhões de pessoas, grandes núcleos urbanos (Falha na gravação), e  
453 o governo federal temos que ajudar o Maranhão no sentido de resolver o problema político  
454 instalado lá na Secretaria Estadual de Meio Ambiente assim como o seu conselho. Agora não dá  
455 para fazer juízo de valor em cima de uma discussão que abrange cinco estados, o Distrito Federal e  
456 toda essa coletividade que tem interesse na discussão do plano, e as ONGs também do Maranhão  
457 que subscrevem isso aqui com certeza tem. Mas eu acho que foram convidadas, independente da  
458 Secretaria Estadual do Pará ter convidado vários atores foram lá, tomaram conhecimento e  
459 participaram, era um processo democrático, as reuniões eram públicas. Eu acredito também que  
460 isso replicou em outros estados. A partir daí, dessa argumentação, da não participação...**Sr.**  
461 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Tempo esgotado conselheiro.  
462 **Conselheiro Manoel Imbiriba Júnior (CERH/PA).** Para concluir. Eu acho que fica complicado a  
463 gente estar fazendo juízo de valor e transpor isso para a questão do funcionamento do conselho.  
464 Portanto, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará é a favor da aprovação da  
465 resolução e as correções que podem advir depois de aprovado, isso aí ao longo do percurso, nesse  
466 um ano ou dois anos a gente pode estar trabalhando com a participação efetivamente de todos os  
467 setores inclusive das organizações não-governamentais. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo**  
468 **(Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado conselheiro Imbiriba. João Bosco. Eu só queria  
469 dizer que eu vou avisar com dois minutos, com um minuto para o encerramento eu vou fazer um  
470 aviso ao conselheiro, e Imbiriba é importante você ouvir. Talvez alguns conselheiros podem não  
471 ter recebido o material que foi enviado. O parecer do João Clímaco ele protocolou diretamente no  
472 gabinete do presidente, do ministro, e nós encaminhamos todo o conjunto a vocês no prazo, era um  
473 prazo muito exíguo, dia 30, onde esse material nós não tínhamos a informação desse protocolo  
474 junto ao ministério, diretamente ao gabinete. Então nós encaminhamos aquilo que tinha sido  
475 apresentado pelo conselheiro como a justificativa para o seu pedido de vistas. Então isso foi  
476 encaminhado para a convocação dessa reunião. Posteriormente quando chegou à Secretaria no dia  
477 seguinte o parecer do conselheiro ele foi então enviado a todos vocês também. Então foram dois  
478 envios, então é possível que algum conselheiro, como manifestou aqui o conselheiro Imbiriba,  
479 tenha tido acesso apenas a um, mas os dois foram enviados em função dessa questão do protocolo  
480 e para que não houvesse nenhuma perda da garantia da qualidade da manifestação do Conselheiro  
481 João Clímaco. Por favor, João Bosco, eu vou avisar faltando um minuto. **Conselheiro João Bosco**  
482 **Senra (MMA).** Bom dia ministro. Bom dia a todos os conselheiros, convidados e todos os  
483 presentes nessa reunião. Eu queria aqui fazer uma proposta de uma emenda aditiva a resolução  
484 considerando que a resolução coloca a participação deste conselho ativamente, com apresentação  
485 neste conselho anualmente segundo a proposta, a resolução fala em dois anos, mas a proposta do  
486 Conselheiro Hugo apresentada na reunião passada fala anualmente. Eu queria propor que fosse  
487 acrescentado ao artigo 1º um parágrafo único com a seguinte redação: ao colegiado de recursos  
488 hídricos previsto no arranjo institucional constante do relatório síntese citado no caput do artigo  
489 acrescentar-se-á um representante indicado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então  
490 para que a gente tenha esse acompanhamento por parte do conselho e que a gente possa ter aí essa  
491 pessoa trazendo aqui ao conselho, sendo esse porta-voz do que se vem avançando aí na  
492 implementação do plano estratégico do Araguaia-Tocantins. Então eu queria apresentar à mesa  
493 essa proposta. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado  
494 conselheiro João Bosco. Informo que feitas todas as intervenções em seguida seguirá o processo de  
495 votação em relação a cada uma dessas emendas. O próximo inscrito é o conselheiro João Clímaco,  
496 e em seguida o conselheiro Carlos Alencastre. Por favor, Carlão, primeiro o João Clímaco. É em  
497 seguida você. Eu já estou anunciando para que o conselheiro já vá se preparando, fazendo  
498 aquecimento. **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs).** Senhor Ministro, senhor  
499 Secretário do conselho, ainda retomando as nossas preocupações anteriores, me parece que não  
500 ficou claro qual é o nosso sentimento no que diz respeito à legitimidade do conselho. O que está se

501 propondo, de um grupo executivo onde o conselho faria parte desse grupo executivo, nós estamos  
502 na verdade fugindo ao próprio preâmbulo, o que está escrito na lei que institui o conselho. O  
503 conselho tem poder de ser o próprio instituinte do processo de gestão desse grupo executivo, quer  
504 dizer, o próprio conselho faz o papel legítimo de ser o executor desse processo. Então eu estou  
505 achando estranho que pessoas do próprio conselho inclusive o próprio secretário acredite que nós  
506 seremos parte acessória de um processo onde a própria lei permite que sejamos o gestor e o  
507 instituidor da gestão do plano, seja plano executivo, seja plano estratégico ou plano de bacia. Eu  
508 estou vendo isso como uma imensa contradição. Eu acho que as condições políticas e  
509 amadurecimento do conselho permitem que o conselho seja o instituinte do processo da gestão do  
510 plano e não um ator de um grupo executivo onde nós inclusive da sociedade civil vamos ficar  
511 totalmente alheios a esse processo. Então eu penso que é uma contradição, um equívoco e não  
512 merece ser... Me parece que é uma auto-afirmação de impotência ao contrário do que o ministro  
513 quer fazer. O conselho nos seus estatutos legais, pela própria lei ele é a instância máxima de criar  
514 diretrizes da gestão do processo e não ser membro de um grupo executivo que se institui como se  
515 nós fôssemos... Fazendo o que aqui então se nós estamos abrindo mão do nosso papel? Então essa  
516 proposta a meu ver ela é infundada. Eu queria deixar registrado aqui esse meu sentimento que tem  
517 origem anacrônica construção desse conselho onde quando não tem paridade então fica uma  
518 coisa... Essa visão política não se constrói quando não existe uma democracia na verdade  
519 equitativa e paritária na tomada de decisão. Então para esse conselho ser mais legítimo ele deveria  
520 assumir o seu papel na hora da gestão desse processo. Tem um equívoco aqui que eu estou  
521 surpreso como os meus próprios pares em abrir mão do seu papel como responsável para  
522 executar uma política pública e não só construir um sistema de gestão. **Sr. Vicente Andreu Guillo**  
523 **(Secretário Executivo CNRH)**. Muito obrigado. Estão inscritos, por favor, Conselheiro Carlos  
524 Alencastre. Logo em seguida está o conselheiro Reinaldo do IBAMA e o Conselheiro Lobato. Eu  
525 queria que durante a fala do companheiro Carlão os conselheiros e as conselheiras que desejem se  
526 manifestar a respeito da matéria que se inscrevam e logo em seguida estarão encerradas as  
527 inscrições. **Conselheiro Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (Comitês)**. Bom dia a todos.  
528 Carlos Alencastre. Representante dos comitês. Eu notei que desde a nota técnica quanto na  
529 resolução se fala na criação do comitê de bacia do Tocantins-Araguaia. Tendo uma área de quase 1  
530 milhão de Km<sup>2</sup>, nós temos que ter muito cuidado com o tipo de comitê, como nós vamos proceder a  
531 essa articulação e de toda essa questão da implantação do comitê na bacia. Nós estamos  
532 trabalhando na bacia do Grande como um comitê de integração do Grande, que é uma área bem  
533 menor, uma área de cento e quarenta e poucos mil Km<sup>2</sup>, onde lá existe implantado já cerca de 14  
534 comitês de bacias estaduais, comitês em rios estaduais. Então o que a gente propõe? Que sejam  
535 estimuladas criações de comitês de bacias, dos afluentes, a fim de que já comece uma articulação  
536 principalmente naquelas áreas que já se encontram em conflito, com várias questões de conflitos; e  
537 trabalhar em um comitê maior, um comitê do Tocantins-Araguaia como um comitê de integração  
538 que eu acho que é o modelo mais acertado na atual conjuntura do país. Obrigado. **Sr. Vicente**  
539 **Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Tem mais uma, a última inscrição. Então, por  
540 favor, a lista. Em seguida Reinaldo, Lobato, José Machado e Noquelli. É a lista de inscritos sobre o  
541 tema, por favor, Reinaldo por até três minutos. **Conselheiro Reinaldo Aparecido de Vasconcelos**  
542 **(MMA)**. Bom dia senhor ministro e membros da mesa, senhoras e senhores. Eu sou Reinaldo  
543 Vasconcelos representante do IBAMA. A minha sugestão é uma sugestão de texto na proposta de  
544 resolução para tentar ajudar o entendimento no que diz o parágrafo 1º do artigo 2º, onde ele trata de  
545 identificar alguém ou uma entidade, um ente relator do estágio de implementação desse plano.  
546 Então a minha sugestão é que identifique o responsável por essa relatoria e em que momento será  
547 apresentado ao conselho. Eu tenho uma proposta de texto, talvez não seja o melhor texto, mas é  
548 uma proposta de texto que eu queria fazer para os senhores. No parágrafo 1º do artigo 2º ficaria  
549 assim: até que seja cumprido o disposto no caput o colegiado gestor, eu estou sugerindo identificar  
550 essa entidade, o colegiado gestor apresentará a cada ano ou anualmente ao CNRH o estágio de

551 implementação do plano na primeira reunião ordinária de cada exercício. Então a ideia é identificar  
552 o ente, a entidade responsável que apresentará esse relatório e em que momento, provavelmente  
553 em uma reunião ordinária. Essa é a minha proposta. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo**  
554 **(Secretário Executivo CNRH)**. Por favor, a redação à mesa Reinaldo, a sua redação. Eu gostaria  
555 de lembrar, eu reitero a todos os conselheiros que tem contribuição, depois as contribuições que  
556 estão sendo apresentadas como emenda elas serão apreciadas com votação favorável e contra.  
557 Agora, só serão encaminhadas propostas que tenham, sejam caracterizadas como emenda, com  
558 proposta de redação e aonde elas se encontram dentro da resolução. Eu reitero isso ao plenário. Por  
559 favor, Conselheiro Lobato. **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa (OTEP)**. Bom dia a  
560 todos. Gostaria de cumprimentar o Ministro Carlos Minc e os demais componentes da mesa, os  
561 colegas do conselho. O autor do pedido de vistas colocou uma questão bastante relevante sobre a  
562 diferença entre o que é um plano estratégico e um plano de bacia hidrográfica. Na sua interpretação  
563 o plano estratégico foi chamado de mais centralista, mais autoritário, mais economicista. A  
564 pergunta deve ser abordada sobre uma forma eu acredito mais consistente. Qual a diferença entre  
565 um plano estratégico e o plano de bacia? Será que um plano estadual de recursos hídricos é a soma  
566 dos planos de bacias hidrográficas que drenam aquele estado? O plano nacional de recursos  
567 hídricos é a soma dos planos de bacias de domínio federal ou a soma dos planos estaduais? A  
568 resposta é não. A abordagem dos dois é diferente até em função do princípio da subsidiariedade. O  
569 plano estratégico tem uma abordagem que olha a inserção macro regional e uma estratégia  
570 importante tanto quanto o plano do Araguaia-Tocantins implica na interação intermodal para  
571 logística de transporte no país. Isto é fundamental para o desenvolvimento do país. Isso estabelece  
572 diretrizes e condicionantes para intervenções de caráter local. O fato de não haver um comitê de  
573 bacia ainda implantado no Araguaia-Tocantins não significa que o governo federal deva se abster,  
574 se excluir de abordar questões estratégicas e fundamentais para o desenvolvimento do país. Esta é  
575 a abordagem que se deve olhar a respeito de um plano estratégico ou não. Agora, se ele é  
576 tecnocrático, economicista eu gostaria de fazer três referências bastante rápidas. Há um marxista,  
577 um dos maiores autores marxistas que se chama Antonio Gramsci que tem um livro chamado “Os  
578 Intelectuais e a Organização da Cultura”, e quando ele define o que é o intelectual ele não separa  
579 em termos de valor um determinado intelectual de uma mão-de-obra local. Não há um juízo de  
580 valor a respeito disso, mas ele nos chama a atenção que não podemos abrir mão da qualificação  
581 profissional que nós observamos, por exemplo, na elaboração do plano do Araguaia-Tocantins pelo  
582 quadro técnico da Agência Nacional de Águas. Uma segunda referência é Lênin a um livro dele  
583 que se chama “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”. Eu não preciso nem explicar, o nome  
584 auto-explica isso. E a terceira é Noel Rosa...**Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
585 **CNRH)**. Tempo esgotado conselheiro, por favor, encerrando... **Conselheiro Francisco José**  
586 **Lobato da Costa (OTEP)**. Só então, a frase do Noel Rosa. Ele diz o seguinte: é muito mais fácil  
587 um poeta aprender a varrer a calçada do que um mero varredor da calçada fazer uma boa poesia.  
588 Essas as nossas palavras. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Muito  
589 obrigado Conselheiro Lobato. Trouxe algumas reminiscências da juventude. Agora o Conselheiro  
590 José Machado, é o penúltimo, e em seguida o Conselheiro Noquelli é o último. Por favor, três  
591 minutos conselheiro. **Conselheiro José Machado (MMA)**. Senhor ministro, senhor secretário,  
592 demais colegas da mesa, senhoras e senhores conselheiros. Eu queria primeiramente senhor  
593 ministro dizer da enorme alegria de ouvir o seu pronunciamento que é um pronunciamento  
594 contundente, sóbrio e que valoriza de maneira definitiva esse conselho. O Ministro desafia este  
595 conselho a assumir a sua responsabilidade dentro da cadeia de decisões desse país, de  
596 implementação de políticas desse país. Hoje com esse auditório lotado, com quórum altamente  
597 qualificado e expressivo nós estamos apreciando uma das peças mais importantes produzidas no  
598 âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nós estamos nos debruçando sobre um plano  
599 estratégico de recursos hídricos que organiza uma região deprimida, uma região que tem um índice  
600 de desenvolvimento humano abaixo da média nacional e que precisa ter políticas públicas incisivas

601 que mobilizem as forças sociais em benefício dessas comunidades. Então esse plano é uma  
602 ferramenta, ele não substitui o plano de bacia, ele não é contraditório ao plano de bacia, ele é um  
603 momento histórico necessário em que nós precisamos de um instrumento como esse. Como disse o  
604 Lobato nós vamos ficar inertes e de braços cruzados enquanto a coisa vai se degradando, enquanto  
605 o processo se organiza ou se desorganiza de maneira absurda e caótica como estamos vendo hoje  
606 um processo predatório de organização do território daquela região. O plano estratégico de  
607 recursos hídricos é uma ferramenta que ajuda a ordenar esse processo e esperamos que no futuro  
608 quando tivermos sim, aí sim um comitê de bacias, oxalá possamos ter um comitê de bacia, quem  
609 sabe nós possamos então ter outro momento, outro passo. Então eu quero dizer que esse é um  
610 momento histórico. Eu que milito nessa área há tantos anos eu quero dizer que eu me sinto  
611 orgulhoso de estar participando dessa reunião e quero exortar a todos os conselheiros,  
612 independentemente de qualquer consideração inclusive o chamamento ao Conselheiro João  
613 Clímaco para que tenhamos aqui uma unanimidade na aprovação desse plano. Eu acho que isso é  
614 realmente um grande passo no sentido do fortalecimento daquele que é o órgão máximo do sistema  
615 nacional de gestão de águas no Brasil. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
616 **CNRH)**. Muito obrigado conselheiro. Último inscrito Conselheiro Noquelli. Há inscrições  
617 posteriores ao tempo que havia sido apresentado. Hugo a sua, só antes de passar a palavra, a sua  
618 emenda trazida da reunião passada ela está contemplada, aquela de trazer para um ano.  
619 (Intervenção fora do microfone). Está retirando a emenda em favor da outra que já menciona  
620 anualmente. Está bem, agradeço a contribuição. Eu vou encaminhar o seguinte: houve duas  
621 inscrições. Nós vamos abrir inscrições? Eu queria consultar o plenário. Eu formulei o tempo das  
622 inscrições e eu queria consultar os conselheiros para que se manifestem através de crachá se a  
623 gente vai reabrir ou não, para que isso também não seja uma decisão meramente da mesa. Então  
624 conselheiros e as conselheiras que acham que não há necessidade de reabrir as inscrições, por  
625 favor, levantem os seus crachás. Está bem, muito obrigado, pode abaixar. Os conselheiros que  
626 entendem que deve reabrir. Está bem, muito obrigado pode abaixar. Abstenções. Então há uma  
627 grande maioria, uma maioria consolidada de que o encaminhamento vai seguir com o último  
628 orador o Conselheiro Noquelli, por favor. **Conselheiro Luis Henrique Magalhães Noquelli**  
629 **(CERH/MT)**. Ministro, secretário, eu não vou fazer nenhuma complementação, nenhuma  
630 sugestão, mas eu acho que tem que reforçar a fala do Imbiriba. Nós somos um estado que faz  
631 também parte da Tocantins-Araguaia e nós participamos efetivamente do trabalho que foi feito  
632 pela Agência Nacional de Águas, as reuniões que tiveram nos estados, a apresentação no Conselho  
633 Estadual de Recursos Hídricos. Então nós participamos efetivamente, e também nós queremos que  
634 esse plano, o Mato Grosso, Conselho Estadual de Recursos Hídricos quer que ele se fortaleça,  
635 porque é política pública. Porque para nós lá está iniciando a fronteira agrícola e tem que ter uma  
636 política pública mesmo para direcionar as atividades do estado. Então só estou aqui em nome do  
637 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso em prol da aprovação e como colocou o  
638 José Machado que seja unânime. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
639 **CNRH)**. Muito obrigado. Chegou aqui à mesa só uma questão de redação no artigo 1º onde está:  
640 aprovar a proposta de plano estratégico de recursos hídricos. Fica: aprovar o plano estratégico e  
641 não a proposta. E no caput da resolução também ao invés de “proposta” “plano estratégico”, então  
642 retira do caput... (Intervenção fora do microfone). Ementa, e retira do artigo 1º a palavra proposta.  
643 (Intervenção fora do microfone). Quais são as emendas que chegaram aqui à mesa? Então além  
644 dessa que eu acabei de mencionar há uma emenda de inclusão pela ordem não de apresentação,  
645 mas pela ordem do texto, há uma proposta de inclusão de um parágrafo único no artigo 1º  
646 apresentado pelo Conselheiro João Bosco que é: ao colegiado de recursos hídricos previsto no  
647 arranjo institucional constante do relatório síntese citado no caput acrescentar-se-á um  
648 representante indicado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Depois no artigo 2º, no  
649 parágrafo 1º eu anotei aqui, não tenho acesso à redação, mas seria: até que seja cumprido o  
650 disposto no caput do artigo o colegiado gestor apresentará anualmente ao Conselho Nacional de

651 Recursos Hídricos o estágio de implementação do plano na primeira reunião ordinária do ano. É  
652 isso? De cada exercício? Como é que será feito o encaminhamento? Pois não, questão de ordem.  
653 (Intervenção fora do microfone). Têm outras que não estão. Tem o problema da falta do televisor,  
654 então é necessário, vamos lá, quais são as contribuições do Conselheiro João Clímaco? Onde tem  
655 inclusão, por favor? Onde está o considerando dele? Porque aí tem que saber para poder fazer o  
656 destaque. Está em vermelho? É esse aqui? Considerando à necessidade do plano de recursos  
657 hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia. Então ele fica incluído logo em  
658 seguida ao segundo considerando: (inaudível) considerando que ainda não foi instituído o comitê e  
659 considerando a necessidade do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins  
660 e Araguaia. Eu pediria especial atenção ao presidente da câmara técnica a quem depois eu vou  
661 pedir para que faça uma análise de encaminhamento como presidente da câmara, como é feito, que  
662 ele manifeste sua opinião para em seguida a gente encaminhar a votação. Qual mais? Aqui no  
663 quarto ou quinto considerando diz assim: considerando que o plano estratégico de recursos hídricos  
664 do Tocantins-Araguaia pode disponibilizar subsídios para apoiar a implementação do sistema de  
665 gerenciamento. Aí a inclusão: de recursos hídricos e seus instrumentos inclusive o plano de bacias.  
666 Aí depois aqui é tirar a “proposta”, não é isso? É o mesmo texto, não é isso? Não sei, está  
667 diferente? (Intervenção fora do microfone). Qual é o encaminhamento? O encaminhamento é a  
668 apresentação das emendas porque depois elas serão votadas uma a uma, depois será encaminhado o  
669 plano, a votação do plano, a favor ou contra o plano, e depois a favor ou contra cada uma das  
670 emendas, mas é só estágio de apresentação das emendas. (Intervenção fora do microfone). É só  
671 apresentação no sentido do conhecimento do plenário Ministro. (Intervenção fora do microfone).  
672 Está bem. O senhor é o presidente do conselho, por favor, Ministro. **Sr. Ministro Carlos Minc**  
673 **Baumfeld (Ministro do Meio Ambiente - Presidente CNRH)**. Eu imagino o seguinte, como a  
674 gente está numa segunda votação foi apresentado um plano e hoje foi discutido o plano e  
675 apresentadas emendas. Então eu acho que a votação normalmente ela deve proceder da seguinte  
676 maneira: primeiro discutir o essencial, por exemplo, se houver um encaminhamento contrário à  
677 aprovação do plano, por exemplo, se a maior parte dos conselheiros desaprovarem o plano então  
678 nem vai se discutir as emendas. Então a minha proposta é que primeiro se discuta o plano, já foi  
679 discutido, que se coloque em votação a aprovação do plano. E uma vez o plano apresentado se for  
680 aprovado... Tem a hipótese de ele ser rejeitado, se o plano for rejeitado caem todas as emendas, se  
681 o plano for aprovado aí se apresenta e se vota uma a uma as emendas. Então essa é a minha  
682 sugestão formal de encaminhamento que, aliás, sempre em todos plenários que eu conheço  
683 primeiro se vota a matéria essencial e se ela for aprovada se vota um a um os destaques e as  
684 emendas para serem ou não aprovados. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
685 **CNRH)**. Obrigado Ministro. Alguém contrário a esse encaminhamento? Então nós vamos fazer a  
686 votação do plano e em seguida em função dessa votação a apreciação e a votação de cada emenda.  
687 Está bem? Pode ser isso? Então, por favor, com seus crachás nas mãos, com voto ativo os  
688 conselheiros e as conselheiras que aprovam a proposta de resolução que aprova o plano estratégico  
689 de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, por favor, levantem seus  
690 crachás. Muito obrigado, podem abaixar. Conselheiros e conselheiras que são contrários. Um voto.  
691 Abstenções. Então está aprovado o plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos  
692 rios Tocantins e Araguaia para o qual eu peço uma salva de palmas do plenário. Muito bem, então  
693 vamos seguir agora a fase de apreciação... Pois não? **Sr. Ministro Carlos Minc Baumfeld**  
694 **(Ministro do Meio Ambiente - Presidente CNRH)**. Eu já tinha avisado nesse mesmo prédio as  
695 pessoas estão me esperando para fazer o balanço da moratória da soja na Amazônia, então eu vou  
696 participar desse debate, dependendo ainda volto aqui que por coincidência é aqui no mesmo  
697 prédio. Então eu queria parabenizar o conselho e depois naturalmente eu vou me inteirar das  
698 emendas e dos passos seguintes. O Ministério vai acompanhar ativamente a implementação desse  
699 plano na forma como o conselho determinar, exatamente na forma em que as emendas que vierem  
700 a ser aprovadas indicarem. O Ministério ele será um fiel garante do cumprimento do plano assim

701 aprovado com as emendas. E agradeço o voto de confiança de todos os conselheiros, vou ter ir aqui  
702 para moratória da soja. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Muito  
703 obrigado Ministro. Eu gostaria então de encaminhar para conhecimento do plenário quais foram às  
704 emendas sugeridas e apresentadas pelo Conselheiro João Clímaco e depois cada uma delas será  
705 votada a favor ou contra precedidas da fala geral, também não sei como fazer, porque como não  
706 está inscrito esse é um problema da tecnologia, você vai ter... Vamos dar uma lida ali. Então  
707 seguindo aqui a apresentação das propostas do Conselheiro João Clímaco vocês viram que eu fui  
708 prudente. Vamos lá. Nós tínhamos chegado ao parágrafo primeiro. Aqui já foi apresentado. Por  
709 favor, aumente a fonte antes de seguir. (Intervenção fora do microfone). Ela é proporcional, a  
710 média de idade é proporcional à contribuição, como a contribuição exceto as jovens que estão aqui,  
711 a contribuição é bastante grande. Então vamos lá. Vamos do início. Então a supressão de: a  
712 proposta. Aprova-se o plano. A inclusão de considerar a necessidade do plano de recursos hídricos.  
713 Em seguida, por favor, está sendo visível aí ao fundo? É possível acompanhar? Está dando para  
714 acompanhar ou precisa aumentar mais a fonte? Aqui também nesse considerando acrescentar o  
715 sistema de gerenciamento de recursos hídricos e seus instrumentos inclusive o plano de bacias, e aí  
716 segue a redação. No parágrafo 1º supressão de a “proposta”, como já foi mencionado. No parágrafo  
717 1º acrescentar um parágrafo único que o João Bosco apresentou. E depois aqui é uma substituição  
718 de redação do parágrafo primeiro apresentado pelo conselheiro Reinaldo do IBAMA. A seguir, por  
719 favor. São essas as emendas que nós temos. Está bem? Pois não. (Intervenção fora do microfone).  
720 Está bem. A mesa informa que tem ainda algumas emendas antes da sua, apresentadas pelo  
721 Conselheiro João Clímaco. (Intervenção fora do microfone). Claro. Imbiriba está presente?  
722 Imbiriba você tem uma notícia muito rápida sobre o Pará, você gostaria de complementá-la ou  
723 algum conselheiro tem um informe muito rápido para a gente aproveitar o nosso tempo aqui e  
724 ganhar esse tempo em relação á reunião final? (Intervenção fora do microfone). Como?  
725 (Intervenção fora do microfone). Não. Enquanto se coloca na tela as contribuições apresentadas  
726 pelo Conselheiro João Clímaco é aproveitar esse tempo para algum informe rápido que seja  
727 necessário. Eu pediria aos conselheiros e as conselheiras nós vamos encaminhar rapidamente, a  
728 gente tentasse manter o quórum até o final da reunião e o clima também. Já chegou. Então  
729 Imbiriba, perdão pelo convite. Vamos aqui, parágrafo 1º primeiro substitui “aprovar o plano  
730 estratégico de recursos hídricos” por, “aprovar a proposta”... Tira a proposta também até para  
731 coerência com... Aprovar o plano de recursos hídricos da bacia dos rios Tocantins e Araguaia. João  
732 Clímaco, preste atenção e nos ajude aqui. Pelo mesmo espírito que não estamos aprovando a  
733 proposta, estamos suprimindo do seu texto “aprovar a proposta” e estamos colocando “aprovar o  
734 plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica Araguaia e Tocantins”. É isso? (Intervenção fora  
735 do microfone). Isso está evidente. (Intervenção fora do microfone). Reitera a proposta total do  
736 conselheiro, por favor, coloca a proposta, coloque tudo aqui, reitera a proposta do conselheiro para  
737 que a gente não entre nessa polêmica, foi apenas uma tentativa de ajudar a redação. Isso. É a  
738 proposta do conselheiro e depois a gente vai discutir cada uma delas, por favor. A ideia era ajudar  
739 e às vezes a gente não consegue esse objetivo. Próximo, esse já foi lido. Esse aqui é novo? Então  
740 incluiria um artigo segundo: a Agência Nacional de Águas, ANA-MMA, e a Secretaria de  
741 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano SRHU-MMA, deverão empreender esforços visando com  
742 prazo máximo de seis meses promoverem a adequação do plano estratégico de recursos hídricos ao  
743 plano de bacia, e no prazo máximo de 16 meses desenvolverem as condições necessárias à  
744 instalação e ao funcionamento do comitê da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia.  
745 Próximo, por favor. Tem mais alguma? Por favor, Rachel. Não. Retorne ao início, por favor, para  
746 ajudar aqui o nosso presidente da câmara técnica. Então tem uma que é de redação muito simples,  
747 acrescentar um considerando. (Intervenção fora do microfone). Depois a gente vai discutir se inclui  
748 ou não. Eu estou apresentando a proposta. Vamos descer. Então tem esse considerando. Aqui é a  
749 inclusão de implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, e seus instrumentos,  
750 inclusive o plano de bacias. Eu peço atenção a todos os conselheiros sobre o que nós vamos votar

751 em seguida. Aqui é ajuste de redação. Aqui aprovar a proposta em substituição tem dois artigos  
752 primeiros aqui. Um é: Aprova o plano estratégico. E aqui: aprova a proposta de implementação do  
753 plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica. A inclusão do parágrafo único que o colegiado  
754 será acrescido de um representante indicado pelo conselho. Aqui essa proposta... (Intervenção fora  
755 do microfone). Não, pode manter aqui, ela substitui. Isso põe em vermelho, apresentado pelo  
756 Reinaldo também, que contemple inclusive a proposta do Conselheiro Hugo. E a inclusão de um  
757 artigo segundo que é a Agência Nacional de Águas e a secretaria deverão empreender esforços  
758 visando com prazo máximo de seis meses promoverem a adequação do plano ao plano de bacias e  
759 no prazo máximo de 16 meses desenvolverem as condições necessárias à instalação e  
760 funcionamento do comitê de bacia hidrográfica. Está claro? Plenário esclarecido? Então com a  
761 palavra o Conselheiro Sidney Agra, como presidente da câmara técnica do plano para um primeiro  
762 posicionamento e em seguida nós vamos encaminhar emenda a emenda. **Sr. Sidnei Gusmão Agra**  
763 **(Presidente da CTPNRH)**. Tentar resgatar um pouco da discussão que ocorreu na câmara do  
764 plano. Essa matéria passou pela Câmara do plano, passou pela CTIL, essa proposta de resolução  
765 foi discutida nessas duas instâncias. Eu acho que a gente pode subir Raquel para tentar ir  
766 acompanhando. É até uma questão mais de redação mesmo, mas até na câmara do plano a gente  
767 colocou ali: aprovar a proposta do plano era até um pouco de cautela exagerada talvez, em essência  
768 nós estamos elaborando o plano. É isso que foi elaborado. Em relação aos considerando eu acho  
769 que salvo melhor juízo eles acrescentam e explicitam a importância de que possamos ter o sistema  
770 implementado com todos os seus instrumentos inclusive os planos de bacia. Então eu acho que eles  
771 podem constar da resolução sem proposta da discussão que houve, porque a discussão na câmara  
772 técnica veio no sentido da colocação do Conselheiro João Clímaco. Realmente o desejável era que  
773 tivéssemos o sistema implementado com comitê funcionando pelo menos naquela bacia. Concordo  
774 com o Imbiriba que talvez não seja o modelo ideal para o país inteiro. Naquela bacia poderia ser.  
775 Também concordo e falamos isso bastante na reunião da câmara técnica que talvez não seja um  
776 comitê de bacia, mas talvez um comitê de integração reunindo articulações em escala mais local  
777 que ainda também não existe na bacia. Isso precisa avançar bastante ou existem poucos. Então  
778 podemos descer Raquel. Eu acho que sempre foi essa a linha de entender o plano estratégico como  
779 um roteiro de implementação do sistema. Entender ele como dando diretrizes para o  
780 desenvolvimento da região, possibilitando os arranjos necessários para que o sistema se  
781 implemente naquela região. Podemos descer. Eu acho que esse vem nessa linha, não traz prejuízo  
782 nenhum. Aqui também só ressalta mais uma vez o instrumento. E aí chegando ao artigo 1º eu acho  
783 que teríamos que manter a proposta original retirando a proposta ali porque de fato o que foi  
784 elaborado é o plano estratégico, e ele não é somente uma proposta de implementação de um plano  
785 de recursos hídricos, ele é mais do que isso. Ele tem propostas claras de diretrizes para o  
786 desenvolvimento da região. Então eu acho que a gente tem um prejuízo grande em trocar  
787 atendendo essa proposta do Conselheiro João Clímaco. Em relação ao parágrafo único eu acho que  
788 acrescenta, não vejo com os olhos que o Conselheiro João Clímaco viu: de o Conselho de Recursos  
789 Hídricos estar se rebaixando. Eu o entendo muito mais como um observador, alguém que vai lá  
790 acompanhar esse processo para que possa manter esse plenário informado de como isso está  
791 acontecendo lá. É mais um agente que vai nos ajudar, a nos manter informados em uma escala de  
792 tempo menor do que mesmo a que está prevista no artigo 2º. Em relação ao artigo 2º eu acho que  
793 na versão original quando a gente começou a discussão ele nem existia, a gente já criou ele na  
794 reunião da câmara técnica, exatamente nessa linha de que tudo bem, nós entendemos o plano  
795 estratégico como instrumento relevante para a região, mas entendemos também que precisamos  
796 exercitar o sistema da forma como ele foi pensado. Então é um artigo que diz que durante a  
797 implementação do plano com a brevidade possível, e aí João, eu não sei se são seis meses, eu não  
798 sei se consegue fazer em seis meses. Eu acho que não consegue fazer em seis meses pela própria  
799 dinâmica da reunião, e aí é talvez um pouco arriscado na resolução a gente estabelecer prazos  
800 assim porque isso depende de conjunturas que nem todas estão ao nosso alcance. Então eu acho



801 que a brevidade possível foi o que a gente achou que era factível colocar para criar um espaço e  
802 articulação necessária para que isso aconteça. Que se criem as condições necessárias tanto nos  
803 estados e não é uma coisa que depende só da União, não é uma coisa que depende só como está ali  
804 da Secretaria de Recursos Hídricos e da Agência Nacional de Águas. Isso depende dos órgãos  
805 estaduais, depende dos órgãos gestores estaduais, depende da sociedade local, isso depende dos  
806 conselhos estaduais. Então acho que falar em que se criem as condições necessárias para criação e  
807 funcionamento e aí sim com o comitê funcionando, a devida aprovação do plano daquela bacia fica  
808 em um contexto mais voltado àquilo que preconiza o sistema. E aí a ideia finalmente aqui do  
809 parágrafo 1º é que a gente, tudo bem vai funcionar, mas precisa haver esse retorno ao conselho, já  
810 que é o conselho que está aprovando nesse momento até que tenha o comitê e o comitê aprove o  
811 seu plano. Então eu acho que a sugestão de acrescentar quem vem fazer a apresentação é  
812 interessante, fica a cargo do colegiado gestor que está proposto. A questão de quando é que eu  
813 acho... A gente também discutiu muito isso na câmara técnica, se um ano ou a cada dois anos, no  
814 final a gente achou que um ano passa muito rápido e isso foi o que a gente viu, por exemplo, no  
815 detalhamento dos programas do próprio plano nacional que se deu um ano e a gente não conseguiu,  
816 nem todos os programas foram aprovados ainda. A gente ainda está detalhando, por exemplo, o  
817 programa nacional de gestão de áreas costeiras, a gente não teve tempo de fazer isso ainda. Então  
818 eu sei que é muito mais lento do que a gente gostaria. A gente gostaria de ver muito mais  
819 celeridade em todas as coisas, mas é o tempo que se consegue tendo em vista a estrutura que se  
820 tem e os arranjos que são necessários para fazer o sistema avançar. Tem um dos velhos do sistema  
821 de recursos hídricos do Rio Grande do Sul lá, o Grassi que ele fala muito: - vamos devagar porque  
822 temos pressa. Não adianta sair correndo para fazer coisa errada e depois ter que voltar atrás para  
823 refazer. Então acho que andar nessa linha de deixar a apresentação talvez com dois anos mesmo  
824 para que dê tempo, e essa foi a nossa proposta de dois anos e não anualmente. Finalmente em  
825 relação a fazer isso na primeira reunião esse conselho não tem uma dinâmica muito regular. Essa  
826 primeira reunião pode ser em janeiro e essa primeira reunião pode ser em fevereiro e ela pode ser  
827 em março. Então a gente chegou a discutir na reunião que deveria ser encaminhado à Secretaria  
828 Executiva do conselho, por exemplo, até o mês de março, vamos supor assim, porque depois isso  
829 entrar na pauta do conselho ia terminar dependendo do trâmite das próprias câmaras técnicas,  
830 daqui a pouco se entende que esse relatório previamente ao plenário poderia passar pela CTIL ou  
831 pela própria câmara do plano. Então em função dessa dinâmica da construção da pauta do conselho  
832 a gente preferiu tirar a referência temporal sobre em qual reunião isso devia ser apresentado, mas  
833 isso também se colocarmos eu acho que há como construir o caminho para que isso seja feito  
834 assim. Era isso. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado  
835 conselheiro. Agora terá uma mesa móvel aqui para facilitar os trabalhos. Como é que nós vamos  
836 encaminhar? Nós vamos encaminhar emenda a emenda. Eu vou perguntar se há alguém contrário à  
837 plenária em cada uma delas, e havendo se estabelece o contraditório, uma fala defendendo a  
838 emenda porque emenda não consta do plano e na fala seguinte àquele que é contrário à emenda.  
839 Essa é a regra que será estabelecida rapidamente. Está bem? E aí eu também agradeço, vamos  
840 devagar porque nós temos pressa. Não é isso? Gostei. Alguém é contrário à supressão de “a  
841 proposta de”? Algum conselheiro ou conselheira contrária, não? Então eu vou só para a agilidade  
842 eu gostaria de garantir o quórum para as duas próximas apresentações, são muito importantes e  
843 pela disponibilidade das pessoas que vão nos ajudar naquilo que não houver nenhuma  
844 manifestação contrária consideraremos aprovada. (Intervenção fora do microfone). Voto em blocos  
845 também. Então essa daqui não há nenhuma manifestação contrária? Por favor, há alguma  
846 manifestação contrária à inclusão desse segundo considerando? (Intervenção fora do microfone).  
847 Há uma manifestação contrária então há necessidade de uma fala a favor e uma fala contrária e  
848 votação. Tudo bem? É isso? Não tem... Alguma sugestão de encaminhamento diferente dessa?  
849 Não. É isso. Então Conselheiro João Clímaco por até três minutos defendendo a sua proposta. Eu  
850 vou ficar aqui. (Intervenção fora do microfone). Está retirado? O Hugo está mantendo contrário a

851 essa inclusão? É contrário à inclusão? (Intervenção fora do microfone). Não, infelizmente nós  
852 vamos ter poucas... Eu peço ao plenário nós vamos ter pouca mobilidade para fazer ajustes. É  
853 evidente que é possível fazer algum ajuste para que a gente caminhe rapidamente, mas essa  
854 mobilidade é pequena. Só um minuto Reinaldo. Qual é a sua proposta só para o conselheiro ouvir?  
855 O que você está sugerindo aqui? (Intervenção fora do microfone). Então temos um acordo:  
856 “considerando que a necessidade da elaboração”. Então nós estamos fundindo esses daqui e  
857 suprime o de cima: “considerando a necessidade de elaboração do plano”. Há uma concordância do  
858 conselheiro e vencemos esse aqui também. Vamos adiante? (Intervenção fora do microfone). Não,  
859 caiu, esse cai e há um acordo, a menos que alguém no plenário insista... É isso mesmo? Vamos  
860 devagar porque temos pressa. Então isso aqui suprime e se ajusta essa segunda redação. Adiante.  
861 Aqui é um adendo nesse também considerando apresentado pelo Conselheiro João Clímaco:  
862 “considerando que o plano Tocantins-Araguaia pode disponibilizar subsídios para apoiar a  
863 implementação de gerenciamento de recursos hídricos e seu instrumento, inclusive o plano de  
864 bacia, bem como o alcance dos objetivos da política nacional de recursos hídricos na bacia em  
865 consonância com o inciso II do artigo 3º da Lei 9433”. Alguém é contrário a esse adendo?  
866 (Intervenção fora do microfone). Perdão? (Intervenção fora do microfone). O que está em  
867 vermelho é o que eu estou entendendo que é inclusão. (Intervenção fora do microfone). Então tem  
868 que me ajudar. Vamos lá. Está bem Catarina, a Rachel está corrigindo aqui. O que é inclusão? Só  
869 recursos hídricos? (Intervenção fora do microfone). Ponha isso tudo em vermelho, por favor. É  
870 outra proposta. Aí a gente tem ideia do que seja. Então é votação deste contra este, é isso?  
871 “Considerando que o plano estratégico do Tocantins-Araguaia contém elementos essenciais para  
872 apoiar a implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, bem como o alcance  
873 dos objetivos da política nacional de recursos hídricos em consonância”... Isso aqui está sendo  
874 substituído por: “considerando que o plano pode disponibilizar subsídios para apoiar a  
875 implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos e seus instrumentos inclusive o  
876 plano de bacias, bem como o alcance dos objetivos da política nacional”. Então substitui “contém  
877 elementos” por “pode disponibilizar subsídios, e seus instrumentos inclusive o plano de bacias”.  
878 Essa é a inclusão que está sendo feita no texto. Alguém é contrário a essa nova redação? Não?  
879 (Intervenção fora do microfone). Por favor, então para entendimento do plenário, dois minutos, por  
880 favor, conselheiro, qual é o espírito da sua proposta como subsídio. Não é defesa ainda é só como  
881 esclarecimento. Qual é o sentido de trocar “contém elementos” por “pode disponibilizar seus  
882 instrumentos inclusive o plano de bacias”. **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça**  
883 **(ONGs)**. Como vocês estão vendo eu não estou aqui jogando na lata do lixo o plano estratégico de  
884 bacia, isso nunca passou pela nossa cabeça. Nós estamos entendendo que ele é parte integrante do  
885 processo de construção efetiva de um verdadeiro plano de bacias. Então ele já tem elementos, ele  
886 já é... Eu estou valorizando o próprio plano estratégico e como ele disponibiliza o ponto de partida  
887 para a construção do plano. (Intervenção fora do microfone). É isso aí, concordo com a sua posição.  
888 **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Não é disponibilizará, ele  
889 disponibiliza no sentido... Está aprovado. Tudo bem? Há acordo? Pois não Reinaldo? Desculpe.  
890 (Intervenção fora do microfone). Mas é a redação da resolução. (Intervenção fora do microfone).  
891 Não, está disponibiliza. O acordo... **Conselheiro Reinaldo Aparecido de Vasconcelos (MMA)**.  
892 Primeiro eu não entendi a diferença entre “contém elementos para apoiar a implementação” e  
893 “disponibilizará subsídios para apoiar a implementação” eu não estou vendo muita diferença. Esse  
894 é um primeiro ponto que eu gostaria de esclarecimento. Em segundo tomar cuidado que nós  
895 estamos no considerando. Considerando são subsídios para o artigo 1º que vai determinar as  
896 coisas. Então pode falar o que você quiser do considerando desde que esteja relacionado com o  
897 artigo 1º dessa resolução. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Muito  
898 obrigado conselheiro, mas visto que o próprio conselheiro diz que não vê muita diferença eu vou  
899 continuar a discussão. Alguém é contrário? Não tendo diferença, Conselheiro me permita, então  
900 considerando esse aqui também depois vai ser votado em bloco com aqueles em que não há

901 divergência. Então esse também está ok. Esse aqui nós já... Pois não? (Intervenção fora do  
902 microfone). Apaga o de cima, risca o de cima. Isso. (Intervenção fora do microfone). Aquilo que  
903 não há divergência vai ser votado em bloco. Então, por favor, nos ajudem. Se for problema de  
904 entendimento, se for contrário, por favor, conselheiro se é um problema de entendimento é de  
905 entendimento. (Intervenção fora do microfone). **Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis**  
906 **(OTEP)**. Na realidade a diferença entre os dois, as duas proposições do Ministro ela está na  
907 proposição do artigo 1º que é da autoria do próprio proponente. Então ali ele está fazendo a  
908 diferença entre plano estratégico e plano de recursos hídricos. Precisa ficar claro. Claro, isso é o  
909 fundamental. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Você está dizendo que  
910 isso vai fazer diferença aqui? **Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP)**. É óbvio. **Sr.**  
911 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Então está suspensa a votação desse aqui  
912 para o seguinte, depois a gente volta. O óbvio às vezes é uma questão particular, não é tão geral  
913 assim. Então isso voltará à discussão condicionada ao que for resolvido aqui, está claro? Com  
914 relação à proposta nós já temos um acordo de suprimir. Então aqui é a primeira. É nesse aqui que  
915 você diz que tem diferença? Não, é no segundo. (Intervenção fora do microfone). Nesse artigo 1º.  
916 Então tem aqui, o artigo que está sendo encaminhado: “aprovar o plano estratégico de recursos  
917 hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia na forma do seu relatório síntese”, e a  
918 proposta apresentada pelo conselheiro: “aprovar a proposta de implementação do plano de recursos  
919 hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia”. Há alguém que é contrário a essa  
920 substituição? Em havendo, por favor, conselheiro três minutos e aí escolham entre aqueles que são  
921 contrários quem vai fazer a defesa da manutenção do texto. Conselheiro por três minutos na defesa  
922 da sua proposta, e me ajude no tempo João Bosco. **Conselheiro João Clímaco Soares de**  
923 **Mendonça (ONGs)**. Como eu estava falando anteriormente ninguém está desconsiderando o  
924 esforço feito até agora no sentido de construir subsídios para um efetivo plano de bacias, e ao  
925 mesmo tempo não estamos deslegitimando as possibilidades de gerenciamento que esse plano  
926 estratégico possibilita, mas deixando claro que essa implementação é um processo, proposta de  
927 implementação do plano de recursos hídricos da bacia do rio Tocantins. Quer dizer, nós vamos a  
928 partir da aprovação dessa resolução construir um processo de definir um plano de bacia em  
929 determinada data que vai ser falada lá embaixo, e essa ideia de processo para a construção é a  
930 implementação do plano de bacia, quer dizer, do plano de recursos hídricos da bacia. Então eu  
931 penso que não tem nenhuma coisa que joga fora um plano estratégico e substitui por outro. Não,  
932 faz uma consolidação, uma convergência dos dois esforços feitos até agora para se ter o plano de  
933 recursos hídricos da bacia dos rios Tocantins e Araguaia. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**  
934 **Executivo CNRH)**. Muito obrigado conselheiro. Quem vai fazer a defesa da manutenção do texto?  
935 Catarina, por favor, por até três minutos. Em seguida eu vou encaminhar a votação do item, depois  
936 nós vamos fazer a votação em bloco daquilo inclusive... **Conselheira Ana Catarina Pires de**  
937 **Azevedo Lopes (CERH/AL)**. Sempre a nossa discussão é em relação a não aceitação, a diferença  
938 entre um plano estadual e um plano de bacia. A gente está sempre aprovando o plano estratégico  
939 de recursos hídricos da bacia. Não é o plano de recursos hídricos da bacia, então é como se fosse o  
940 plano diretor. O texto que ele está colocando é aprovar a proposta de implementação do plano de  
941 recursos hídricos da bacia, não do plano estratégico. O que a gente está aprovando é o plano  
942 estratégico de recursos hídricos. É essa só grande diferença. É sempre essa a grande definição, por  
943 isso que se remete aquele outro considerando lá em cima. Então a proposta que a gente está  
944 revendo é considerar o artigo como está escrito e voltar o considerando também como foi proposto  
945 pela câmara técnica aí apresentado. Desconsiderar as propostas do conselheiro. **Sr. Vicente**  
946 **Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. O considerando será votado em seguida. Qual é a  
947 sua... **Conselheiro Reinaldo Aparecido de Vasconcelos (MMA)**. Eu só queria fazer uma  
948 observação. Nós começamos a votação com a emenda dessa proposta. A proposta fala em plano  
949 estratégico então tudo que não for plano estratégico.... **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**  
950 **Executivo CNRH)**. Muito obrigado, mas a defesa já foi feita. Eu agradeço a contribuição do

951 conselheiro. Nós vamos colocar em regime de votação, depois nós vamos voltar ao considerando,  
952 que foi dito aqui em plenário que esta votação tem impacto no considerando. Então a primeira  
953 votação, proposta número um, mantém o texto original com essa alteração já acordada. Proposta  
954 número 2 a proposta apresentada pelo Conselheiro João Clímaco. A plenária esclarecida? Em  
955 regime de votação. Os conselheiros e as conselheiras que votam na manutenção do texto original,  
956 por favor, levantem os crachás. Muito obrigado. Podem abaixar. Os conselheiros que votam na  
957 proposta do Conselheiro João Clímaco. Muito obrigado. Abstenções. Então com um voto. Então  
958 está aprovada a proposta de: “plano estratégico de recursos hídricos” conforme essa redação. Isso  
959 aqui pode deletar para não criar confusão. Vamos subir... (Intervenção fora do microfone). Não,  
960 esse vota em seguida. Está dito aqui que há uma diferença, por favor, conselheiros Cybis, nos  
961 informe qual foi aqui a relação entre o que nós votamos e essa diferença aqui, por favor.  
962 (Intervenção fora do microfone). Qual perde sentido, este? (Intervenção fora do microfone). Eu  
963 quero dizer assim, encaminhando, eu não consigo enxergar esse detalhe apresentado porque lá  
964 embaixo nós aprovamos o plano estratégico e aqui está mencionando que o plano estratégico  
965 disponibiliza subsídios para apoiar a implementação do sistema, e aqui e ele diz que contém  
966 elementos. Eu não consegui captar. Agora, se o plenário e se o Conselheiro entende que deve ser  
967 encaminhada à votação será encaminhado um voto contra o outro. (Intervenção fora do microfone).  
968 Então, porque está claro de que... (Intervenção fora do microfone). Tudo bem. Há acordo aqui se  
969 tirar esse inclusive... Essa inclusão e fica: considerando que o plano disponibiliza subsídios para  
970 apoiar o sistema e seus instrumentos bem como... E suprime isso daqui? Esse realce tem acordo?  
971 Tem acordo pelo proponente podemos encaminhar como acordo? Catarina? Com a supressão do  
972 inclusive com esse destaque? Está bem? Então tem acordo, vai ser encaminhado depois em bloco,  
973 nos ajudem nessa proposta. **Sr. Marley Caetano de Mendonça (Gerente de Apoio ao CNRH).**  
974 Secretário, só pedir para que as intervenções sejam feitas no microfone por causa do processo de  
975 gravação. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Tudo tem. Eu vou devagar  
976 porque eu estou com pressa não é? Então nós já temos aprovar o plano estratégico, agora tem a  
977 proposta do Conselheiro João Bosco que é: “ao colegiado de recursos hídricos previsto no arranjo  
978 institucional constante do relatório síntese citado no caput acrescentar-se-á um representante  
979 indicado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos”. Alguém é contrário a essa inclusão?  
980 Conselheiro João Clímaco, portanto, conselheiro João Bosco tem uso da palavra. Primeiro fala  
981 quem tem a emenda, em segundo fala quem defende o texto. **Conselheiro João Bosco Senra**  
982 **(MMA).** O texto seguinte do próximo artigo fala do acompanhamento por parte deste conselho, da  
983 apresentação neste conselho do estágio de implementação desse plano estratégico, e que remete a  
984 uma série de ações, formação de comitês, quer dizer, tem uma série de questões que têm uma  
985 relação direta com a implementação do sistema e que é importante o conselho estar aí  
986 acompanhando. Diferentemente da abordagem que o Conselheiro João Clímaco colocou no início  
987 de que isso tiraria a importância do conselho, hora nenhuma nós propusemos eliminar essa  
988 apresentação no conselho, esse acompanhamento. Hora nenhuma, é uma falácia dizer que  
989 apresentar essa emenda é tirar a importância do conselho, de que o conselho acompanhasse. Pelo  
990 contrário, é para que nós tenhamos nesse processo de implementação alguém representando o  
991 conselho no sentido de estar fortalecendo, trazendo essa preocupação constante quando se aprova  
992 proposta da resolução, da importância da implementação do sistema, do comitê, do plano de bacia  
993 futura e etc. Está ali nesse comitê gestor sendo esse porta-voz do conselho no processo de  
994 implementação desses princípios gerais e fundamentais aí na implementação da política do sistema  
995 de recursos hídricos. É nesse sentido e não no sentido abordado anteriormente pelo conselheiro de  
996 enfraquecimento. Pelo contrário. É no sentido de fortalecimento do conselho nesse processo de  
997 implementação. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado.  
998 Conselheiro João Clímaco. **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs).** A própria  
999 matemática da proposta, o aspecto quantitativo da proposta ressalva e justifica nossa argumentação  
1000 e me surpreende porque se fosse uma proposta vinda de alguém que não conhece o sistema eu

1001 ficaria até achando normal, mas um ex-secretário do conselho sabe qual é o esforço nesses últimos  
1002 anos de legitimação do papel desse conselho enquanto ente de governança das águas brasileiras. E  
1003 aí me aparece uma proposta que praticamente desqualifica e vai claramente ao desencontro do que  
1004 está escrito na lei e no que diz respeito ao papel do conselho: aprovar os planos de recursos  
1005 hídricos e acompanhar a sua execução; deliberar sobre projetos de aproveitamento, toda essa  
1006 normativa que tem o conselho essa proposta chega e joga tudo isso no lixo. Quer dizer, o conselho  
1007 ele é a instância de governança das águas brasileiras maior que existe na hierarquia de governança.  
1008 E aí nesse simples parágrafo ele se coloca, ele vai se colocar como um representante que  
1009 certamente não vai ser a sociedade civil em um órgão que surgiu extemporâneo fora do arcabouço  
1010 legal para manter um controle político de um plano como se nós todos fôssemos contrários ao  
1011 plano. Eu acho infeliz essa proposta, ela desqualifica quem a fez e desqualifica o conselho e  
1012 desqualifica o nosso trabalho. O conselho é o instituinte do processo, não é instituído como ator  
1013 acessório à gestão das águas nesse país. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
1014 **CNRH)**. Muito obrigado. Tem uma frase de que pancada de amor não dói, como eles têm uma  
1015 excelente relação além do nome então aí não tem nenhuma menção. Então o plenário esclarecido,  
1016 pode encaminhar a votação? Há necessidade de mais alguma intervenção? Em regime de votação.  
1017 A proposta número um é a manutenção do texto, portanto a proposta número um é a do João  
1018 Clímaco, ou seja, isso não é incluído. A proposta número 2 é a inclusão do texto, proposta  
1019 apresentada pelo Conselheiro João Bosco. Está claro plenário? Proposta número um mantém o  
1020 texto e, portanto, isso não é acrescido. Proposta número 2 esse parágrafo único é acrescido. Está  
1021 claro? Pode encaminhar a votação? Em regime de votação. Conselheiros e conselheiras que são  
1022 favoráveis à manutenção do texto apresentado pelo João Clímaco, por favor, levantem seus  
1023 crachás. João Clímaco, a primeira é a do João Clímaco. Dois votos. Muito obrigado. Proposta de  
1024 número 2 de inclusão apresentada pelo Conselheiro João Bosco, por favor; levantem seus crachás.  
1025 Muito obrigado. Abstenções. Então está aprovada a inclusão do parágrafo único. Seguimos. Aqui  
1026 eu queria pedir licença ao presidente do plano tem uma votação original que é de dois anos ou um  
1027 ano, na sua intervenção você defendeu dois anos, então eu gostaria de encaminhar se vocês me  
1028 permitem depois fazer os ajustes nos textos necessários que é por dois anos como é o texto  
1029 original, por anualmente como é a proposta apresentada pelo Conselheiro Reinaldo e pelo  
1030 Conselheiro Hugo apresentado na reunião passada... (Intervenção fora do microfone). Na verdade  
1031 seis meses aqui é diferente do espírito que estava colocado aqui gente. Por favor, nos ajudem.  
1032 (Intervenção fora do microfone). É artigo 2º, não era parágrafo 2º. Muito obrigado pela ajuda.  
1033 Então nós vamos votar o artigo 2º contra artigo 2º e depois essa discussão que eu açodadamente  
1034 coloquei que está aqui no parágrafo 1º. O artigo 2º, o texto original da resolução: “na  
1035 implementação do plano Tocantins-Araguaia deverão ser empreendidos esforços visando com  
1036 brevidade possível promover as condições necessárias à criação e funcionamento do comitê de  
1037 bacia, e a devida aprovação do respectivo plano de recursos hídricos conforme artigo 4º da  
1038 resolução do CNRH 17/2001”. Esse é o texto original. O texto apresentado pelo Conselheiro João  
1039 Clímaco é: “a Agência Nacional de Águas, ANA, e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente  
1040 Urbano, SRHU-MMA, deverão empreender esforços visando com prazo máximo de seis meses  
1041 promoverem a adequação do plano estratégico ao plano de bacias; e no prazo máximo de 16 anos  
1042 desenvolverem as condições necessárias à instalação e ao funcionamento do comitê da bacia  
1043 hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia CBHTA, e a devida aprovação do respectivo plano de  
1044 recursos hídricos conforme artigo 4º da resolução CNRH”. Está bem? Está claro? Alguém é  
1045 contrário a substituição desse artigo 2º por esse artigo 2º? Há posicionamento contrário? Então, por  
1046 favor, João Clímaco, você faz a defesa da inclusão e em seguida quem vai manter o texto original,  
1047 por até três minutos. O Marley me ajuda. **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça**  
1048 **(ONGs)**. Permita-me secretário. Eu acho que nós tivemos dois exemplos que eu lembro. Foi o  
1049 processo de construção da implementação do comitê de bacia do Paranaíba e do comitê de bacia do  
1050 Rio Grande do Norte que eu não lembro o nome; onde houve um prazo determinado e esse

1051 conselho já fez isso várias vezes, e as condições políticas e técnicas para se adequar ou implantar o  
1052 comitê ao plano ele era analisado naquele momento e o conselho deliberava se poderia estender o  
1053 prazo ou não. Essa referência me parece muito mais sensata e lógica do que colocar promover as  
1054 condições necessárias com brevidade possível. É de um relativismo tão grande que essa brevidade  
1055 possível não consegue explicar quando é que vai realmente fazer o esforço. Esse artigo a meu ver  
1056 ele é de um abstratismo que vai submeter mais uma vez a nossa inteligência e a nossa competência  
1057 há um critério sem lógica, sem data. Então eu pediria, por isso que eu coloquei aquela data que  
1058 pode ser alterada, porque você tem que ter em um determinado momento uma avaliação e o  
1059 conselho se pronuncia como faz como fizemos com vários comitês de bacias do país que o  
1060 conselho aqui prorrogou, avaliou e aprovou. Eu acho que mais uma vez essa resolução em toda a  
1061 sua essência desprovidora do poder de competência desse conselho traz nos seus artigos a  
1062 explicação clara de que nós estamos novamente abrindo mão do nosso papel enquanto conselheiros  
1063 e da legitimidade desse conselho. Eu acho que esse negócio de promover empreendimentos em  
1064 mais prazo possível, essa coisa relativa tem que ter uma data que a gente avalia se pode continuar  
1065 ou não como fizemos com os outros comitês de bacia no país. **Sr. Vicente Andreu Guillo**  
1066 **(Secretário Executivo CNRH)**. Muito obrigado João Clímaco. Quem vai fazer a defesa é o  
1067 Conselheiro Lobato, por favor, até três minutos. **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa**  
1068 **(OTEP)**. Primeiro rapidamente o artigo 2 proposto pelo conselheiro demonstra o desconhecimento  
1069 do que é um plano estratégico e um plano de bacia. Ele tenta... A adequação de um ao outro, é  
1070 desconhecer o que é um e o que é outro. Eu gostaria de passar a palavra ao Conselheiro Sidney  
1071 Gusmão Agra, presidente da CT do plano nacional para que ele complemente a defesa do artigo  
1072 original. **Sr. Sidnei Gusmão Agra (Presidente da CTPNRH)**. Obrigado Conselheiro Lobato. Eu  
1073 acho que o artigo proposto ele tem primeiro um equívoco conceitual. Eu não vou conseguir ter  
1074 primeiro o plano para depois ter o comitê. Eu não vou conseguir ter um plano em seis meses e um  
1075 comitê só em 16, enquanto eu não tiver o comitê eu não tenho plano de bacia. É por isso que a  
1076 gente não tem plano de bacia nesse momento, a gente tem um plano estratégico que é o que dá para  
1077 construir enquanto não tem o comitê. Tanto que na proposta original a gente falava que primeiro  
1078 vai dar as condições necessárias para o funcionamento do comitê e aí sim a devida aprovação do  
1079 plano de recursos hídricos. Segundo, a criação de um comitê de bacia naquela região não é  
1080 responsabilidade apenas da ANA e da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio  
1081 Ambiente, há outros atores que precisarão ser articulados para que essas condições necessárias se  
1082 verifiquem. Então não adianta colocar ao encargo desses dois atores sem falar nos conselhos  
1083 estaduais, em órgãos gestores estaduais, sem falar nos próprios entes, nos próprios comitês das  
1084 bacias mais locais ou sub-bacias na linha, por exemplo, do que falou o Carlão imaginando que em  
1085 uma bacia desse tamanho em uma região hidrográfica desse tamanho vá ser necessário se ter, por  
1086 exemplo, um comitê de integração. Então por essas questões é que se recomenda a aprovação do  
1087 artigo 2º da forma como ele foi proposto pela câmara técnica, entendendo sim que a gente ainda  
1088 não consegue ser um pouco mais incisivo nesse prazo até se quisermos aí trocar a brevidade  
1089 possível por um prazo, eu só acho infactível porque o próprio detalhamento do plano nacional já  
1090 nos mostrou que não funciona assim. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**.  
1091 Obrigado conselheiro. Nós vamos encaminhar, a plenária está esclarecida? Posso encaminhar a  
1092 votação? Então conforme o mecanismo que nós já acordamos. Proposta número 1 é a proposta do  
1093 texto original apresentada pelo Conselheiro Lobato e pelo Conselheiro Sidney. Proposta número 1  
1094 manutenção do artigo 2º desta forma. Proposta número 2 é aquela que modifica o texto apresentado  
1095 pelo Conselheiro João Clímaco. Todo mundo esclarecido? Regime de votação. Conselheiros e  
1096 conselheiras que votam na proposta número 1 manutenção do texto, por favor, ergam seus crachás.  
1097 Muito obrigado podem abaixar. Conselheiros que votam pela proposta número 2 do Conselheiro  
1098 João Clímaco. Muito obrigado, podem abaixar. Abstenções. Então fica aprovado o artigo na sua  
1099 forma original. Por favor, delete isso daqui para não criar nenhuma confusão a mais. Pode deletar.  
1100 Então agora chegamos ao meu parágrafo 1º que é: até que seja cumprido o disposto no caput o

1101 colegiado gestor apresentará anualmente ao CNRH o estágio de implementação do plano  
1102 estratégico Tocantins-Araguaia na primeira reunião ordinária de cada exercício. Então qual é a  
1103 sugestão? Encaminha a votação porque agora ficou mais simples, encaminha tudo, agora aqui não  
1104 está o texto original. (Intervenção fora do microfone). Então nós encaminharíamos primeiro se é  
1105 anual ou a cada dois anos. É isso? (Intervenção fora do microfone). Está bom. E depois, são só  
1106 duas... (Intervenção fora do microfone). Então podemos encaminhar assim? Primeira proposta se é  
1107 um ano ou dois anos que o colegiado gestor há consenso de quem deve apresentar é o colegiado  
1108 gestor, então o colegiado gestor apresenta ao conselho. Então essa definição há consenso de que  
1109 isso seja colocado na resolução. Aí nós vamos votar se é anualmente ou a cada dois anos e depois  
1110 se é na primeira reunião ou não. Há necessidade de fala a favor de uma proposta ou outra ou  
1111 podemos encaminhar sumariamente à votação? Sumário ou não? Se vocês quiserem alguém fala  
1112 em um ou alguém fala em dois. É importante que tenha essas falas? Quem defende um ano, por  
1113 favor, queira fazê-lo. Por favor, Hugo. Quem defende em dois queira fazê-lo, a Rosa. Muito bem.  
1114 Então Hugo por até três minutos e em seguida a Rosa. **Conselheiro Carlos Hugo Suarez**  
1115 **Sampaio (Ministério da Justiça)**. É bem rápido. Eu acho que para fins de acompanhamento já  
1116 que é uma novidade aqui para o conselho eu acho que um relatório a cada dois anos não vai  
1117 permitir a gente acompanhar da maneira que o conselho deve acompanhar. Especialmente agora  
1118 que vai ter um representante do conselho no colegiado. Eu acho que é basicamente isso. Eu acho  
1119 que dois anos é um tempo muito longo especialmente no início da implementação que vai ter muita  
1120 coisa a ser feita. Deixa só fazer uma observação, se essa minha proposta for vencedora daí eu acho  
1121 que poderia tirar o anualmente já que a gente está falando de cada exercício. É só uma observação.  
1122 **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Muito obrigado. Rosa. **Conselheira**  
1123 **Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP)**. Eu vim aqui defender os dois anos porque  
1124 na verdade a experiência de estar desenvolvendo planos de bacia e desenvolvendo o trabalho. Eu  
1125 acho que uma região com essa dimensão e com a complexidade e por ser um plano estratégico e  
1126 não um plano de bacia eu não vejo necessidade de forma alguma em estar fazendo uma avaliação  
1127 anual. Em um ano a gente consegue avançar muito pouco que seja digno de nota. Eu acho que a  
1128 ANA, o conselho gestor, a própria secretaria pode estar mantendo um site ou uma coisa  
1129 constantemente atualizada do que vem sendo feito para que todos os conselheiros possam  
1130 acompanhar, mas uma avaliação e uma apresentação no próprio conselho eu acho que anualmente  
1131 é excessivo. Agora, manter todo mundo informado é fundamental. Agora, anualmente no conselho  
1132 eu acho exagerado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Muito obrigado.  
1133 Necessidade de mais alguma fala? Não? Em regime de votação. A proposta número 1 vai ser um  
1134 ano só para facilitar aqui o entendimento. A proposta número 1 é um ano, e a proposta número 2,  
1135 dois anos, depois a gente faz o ajuste de redação decorrente dessa votação. Está claro no plenário?  
1136 Então os conselheiros e as conselheiras que entendem que deve ser um ano, por favor, levantem os  
1137 seus crachás. Depois eu vou verificar por contraste. Muito obrigado podem abaixar. Conselheiros e  
1138 conselheiras que defendem dois anos, por favor, queiram levantar. Aqui visivelmente venceu a  
1139 proposta número 1. Há necessidade de contagem? Então venceu a proposta número 1 que é:  
1140 “anualmente deverá ser apresentada”. E a segunda discussão é si a primeira reunião ordinária do  
1141 exercício ou se há supressão disso e fica uma recomendação que é anualmente, mas sem a  
1142 definição. É isso? Você sustenta? Alguém... Então eu vou fazer essa pergunta. Alguém defende a  
1143 supressão que seja na primeira reunião ordinária de cada exercício? Não? Então em não havendo  
1144 nenhuma manifestação contrária à redação do texto deleta do estágio para adiante. Isso. Essa é a  
1145 redação final. (Intervenção fora do microfone). Caiu, perdão. (Intervenção fora do microfone). Foi  
1146 votado. (Intervenção fora do microfone). Anualmente não é necessariamente na primeira reunião.  
1147 Entendeu? Pois não. (Intervenção fora do microfone). Tira daqui o anualmente. Tudo bem, é que  
1148 está mantido na primeira reunião de cada exercício, portanto, o primeiro ano para 2010 é a  
1149 primeira reunião de 2010. É isso que tem aqui, está subentendido. Eu penso com o perdão aqui dos  
1150 conselheiros aqui há uma redundância que se vocês me permitiriam deixar aqui o anualmente só

1151 como registro, muito embora a sua colocação seja perfeita do ponto de vista do entendimento. Eu  
1152 pediria só essa concessão. Então o texto ficaria aqui com anualmente. Tudo bem? Só para não ter  
1153 essa interpretação que está bastante clara, mas ela exige algum esforço. Com isso nós concluímos  
1154 todas as emendas aqui apresentadas. Então vou colocar em votação final a resolução em relação  
1155 àquilo que nós votamos e tomamos uma deliberação e aquilo que por acordo nós não votamos, são  
1156 propostas que estão sendo incorporadas. Então em regime de votação os conselheiros e as  
1157 conselheiras, por favor, João Clímaco... Conselheiros e conselheiras que são favoráveis a essa  
1158 resolução fruto de tudo que foi discutido aqui em plenário, por favor, levantem seus crachás. Muito  
1159 obrigado. Os conselheiros e as conselheiras que são contrárias a essa resolução. Muito obrigado.  
1160 Abstenções. Então com um voto contra nós temos a aprovação da resolução que trata do plano  
1161 Araguaia-Tocantins muito obrigado aos conselheiros. Agora qual é o horário? 12h16min. Nós  
1162 pretendíamos que nesse horário nós já tivéssemos... Muito obrigado Conselheiro João Clímaco,  
1163 pode ir. Nosso desejo era que a gente já tivesse crescido e inclusive aumentando até se fosse  
1164 necessário o tempo de exposição de cada uma das apresentações dada sua relevância, mas dado o  
1165 avançado da hora e para que a gente possa concluir os trabalhos no período máximo de 13h, vamos  
1166 manter a apresentação por vinte minutos como foi aprovado no regimento. Eu convido a Sra.  
1167 Débora Fernandes Calheiros, pesquisadora da EMBRAPA Pantanal para sua apresentação que é:  
1168 Recomendações do workshop Influência de usinas hidrelétricas no funcionamento hidro-ecológico  
1169 do Pantanal, Brasil. Por favor, eu só pediria às pessoas que estão em plenário até para a gente ir  
1170 devagar que nós estamos com pressa, e a gente possa chegar no horário. Pesquisadora. **Sra.**  
1171 **Débora Fernandes Calheiros (EMBRAPA – Pantanal).** Obrigada. Boa tarde a todos. Eu  
1172 agradeço ao convite do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a discussão desse tema que  
1173 para nossa região é muito importante, e principalmente ter a possibilidade de encaminhamento de  
1174 alguma proposta aqui dentro do conselho para tentarmos solucionar em conjunto esse problema.  
1175 Eu vou ter que reduzir e passar alguns slides rapidamente. Então nós fizemos... Eu sou  
1176 pesquisadora da Embrapa Pantanal na área de limnologia que é o estudo de recursos hídricos de  
1177 águas continentais, água doce em especial, ecologia de rios da bacia do Alto Paraguai. Nós fizemos  
1178 um workshop no último evento internacional de áreas úmidas que foi o INTECOL, está escrito  
1179 errado aí na pauta, não é INTECIL, é INTECOL, que é um congresso internacional de áreas  
1180 úmidas que foi realizado em Cuiabá ano passado. Nesse workshop a gente reuniu vários  
1181 pesquisadores da área na área e de áreas úmidas principalmente esse congresso internacional tinha  
1182 centenas de pesquisadores da área, e no nosso workshop algumas dezenas e nós resolvemos fazer  
1183 uma carta de recomendações e eu fui eleita para distribuir essa carta para os órgãos relacionados à  
1184 gestão de recursos hídricos do país. Aqui a nossa preocupação é que o Pantanal é uma área úmida,  
1185 alimentada por vários rios que formam essa extensa planície de inundação. Esses rios estão sendo  
1186 barrados por empreendimentos hidrelétricos sem ter uma visão do conjunto e do efeito que isso  
1187 acarretaria à principal função de força do sistema Pantanal que é o pulso de inundação, as  
1188 enchentes, o ciclo das águas de cheias e secas anuais e plurianuais ou interanuais. Esses aqui são  
1189 dois empreendimentos na região, um é na bacia do São Lourenço e aqui na bacia do rio Correntes.  
1190 Então só para lembrar aqui tem pessoas de várias áreas representantes da sociedade, o Pantanal é  
1191 patrimônio nacional pela Constituição de 1988 e considerado reserva da biosfera da UNESCO.  
1192 Inclusive eu sou conselheira da reserva da biosfera pantanal como membro de instituições de  
1193 ensino de pesquisa. É a maior área úmida do mundo e faz parte também da Convenção Ramsar. A  
1194 gente considera que está em nível crítico de conservação. Então se nós temos no âmbito da  
1195 constituição nacional que conservar essa região como patrimônio nacional e também no âmbito  
1196 internacional conservar como reserva da biosfera a gente tem que ter um olhar especial para a  
1197 região na forma de como usar os seus recursos naturais. Aqui é para ter uma ideia da imagem de  
1198 satélite da região, principalmente da planície, aqui a parte alta que a gente chama de planalto e a  
1199 planície e os rios formadores. Para ter uma ideia a parte branca é a parte de planalto e em azul são  
1200 as áreas sujeitas à inundação, em azul mais escuro de alta inundação e assim gradativamente. Aqui



1201 a região mais alagada por chuvas, então aqui tem a formação dos rios, todos os rios que formam o  
1202 pantanal dentro da bacia do alto Paraguai no Brasil. Então todos esses rios que estão formando,  
1203 principalmente a bacia do Cuiabá, onde está o São Lourenço, Correntes e o Itiquira eles são rios  
1204 que estão sendo barrados com empreendimentos hidrelétricos e sendo que essa é a principal bacia  
1205 que forma a planície pantaneira. Aqui a gente vê nitidamente a questão da elevação, a parte alta do  
1206 planalto, e a parte de planícies de alta inundação a parte mais baixa. Aqui é um mapa não muito  
1207 bom, mas é o único que eu obtive da reserva da biosfera, ou seja, voltando um pouco praticamente  
1208 toda a bacia do alto Paraguai é considerada reserva da biosfera. Então alguma informação de como  
1209 utilizar esse ambiente de uma forma que realmente seja sustentável para as próximas gerações, que  
1210 se mantenha a planície pantaneira da forma como a gente conhece hoje, precisamos ter outro  
1211 enfoque de como implementar ações de desenvolvimento. Aqui é um slide do Professor André  
1212 Mendes do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Federal do Rio Grande do Sul. Aqui localizando  
1213 novamente as altitudes, a elevação. Novamente a elevação e a planície pantaneira aqui. Aqui é  
1214 onde temos a parte alta suprimindo de água à planície, e o escoamento através da região ali de Porto  
1215 Murtinho na divisa com o Paraguai. Aqui as (inaudível) em relação às chuvas. A gente pode ver  
1216 que as chuvas são maiores nessas regiões onde está o azul mais escuro, e menor em direção à  
1217 planície, ou seja, onde nós estamos barrando, fazendo as barragens, as hidrelétricas é o lugar onde  
1218 tem mais precipitação, aonde você vai ter maior fornecimento de água para o sistema. Essa região  
1219 da parte norte do Mato Grosso é responsável por 60% a 70% da água que forma o Pantanal e se  
1220 encaminha a jusante para o Mato Grosso do Sul. Aqui é a região do Mato Grosso e Mato Grosso  
1221 do Sul. A divisa está aqui. Também aproveitando o slide do Professor Carlos novamente a questão  
1222 da precipitação. Aqui é a evapotranspiração. Aqui a junção das duas, então na verdade apesar de o  
1223 pantanal ser considerado uma área úmida extensa a relação, precipitação, evapotranspiração na  
1224 maioria das vezes é negativa. Então água que chove no sistema ela praticamente é utilizada no  
1225 próprio sistema, tem a questão da evapotranspiração e pouca coisa é mandada a jusante como  
1226 vazão efluente. Aqui é a região em relação ao aquífero guarani, essa parte alta é a parte que está  
1227 sendo mais utilizada economicamente no plantio de soja, cana, algodão e milho. É a parte de gado  
1228 também, a pecuária, e a parte onde tem a recarga do aquífero guarani. Então essa área é  
1229 extremamente de uso intensificado, alta mecanização e alto uso de pesticidas e fertilizantes,  
1230 exatamente na área de recarga do aquífero guarani. Essa parte alta está extremamente impactada,  
1231 eu acho que vocês conhecem o problema do rio Taquari que é um dos rios principais da região, ele  
1232 está assoreado em 5000 Km<sup>2</sup> aqui na região devido ao mau uso do solo nessa parte alta. Nos anos  
1233 70 e 80 nessa parte alta do planalto foi extremamente intensificado o uso para monocultura de  
1234 exportação, e o que está acontecendo é a degradação da maior parte das nascentes, o não respeito à  
1235 legislação no que diz respeito às áreas de proteção permanente, então outros Taquaris estão se  
1236 formando porque a região tem um tipo de solo altamente erodível que é predominantemente  
1237 arenoso. Então o que a gente tem preocupação é que outros Taquaris estejam surgindo que é o que  
1238 a gente está evidenciando nas pesquisas. Aqui só para lembrar que ali é o divisor de águas entre a  
1239 bacia do alto Paraguai e a bacia do Paraná. Aqui é o limite, a bacia do Paraná para a direita e a  
1240 bacia do alto Paraguai, e a área de recarga do aquífero. Aqui evidenciando a questão das vazões, a  
1241 contribuição entre chuva e evapotranspiração e o fornecimento de água para bacia. Nesse arco  
1242 como o Professor Carlos chama o arco de água é responsável por 75% da água da bacia. O que a  
1243 gente fizer aqui em cima em relação inclusive a bacia do Paraguai que inclui Paraguai e Bolívia,  
1244 aqui é a bacia do alto Paraguai, a parte brasileira, então o que a gente fizer aqui em termos de  
1245 impedimento do fluxo das águas natural vai acarretar para as regiões ao sul e também para as  
1246 transfronteiras do Paraguai e Bolívia e Argentina também. A nossa base conceitual técnica é o  
1247 conceito de manejo de ecossistemas que eu acho que a gente... Isso está muito bem apresentado na  
1248 nossa Constituição. A nossa Constituição ela tem conceitos ecológicos fortíssimos inclusive  
1249 usando o termo manejo de ecossistemas ou processos ecológicos. Então se a gente quiser realmente  
1250 conservar a região, conservar o pantanal a gente tem que usar essa base técnica de usar os recursos

1251 naturais até o limite de não alterar os processos ecológicos do sistema. E o processo ecológico mais  
1252 importante da região é o hidro-ecológico que é uma área também que a ONU coloca como  
1253 importantíssima para a manutenção dos serviços ambientais de ambientes aquáticos; e não fazer os  
1254 erros que a gente tem em outros países e até em outras regiões do Brasil de usar o recurso até o  
1255 limite sem respeitar a própria conservação do sistema hídrico, do ecossistema de um rio, por  
1256 exemplo, como é o caso ou no ecossistema pantanal. Se a gente pensar em saúde do ecossistema  
1257 que é um termo que a gente usa, conservação dos processos ecológicos, se a gente pensar em  
1258 manejo racional a gente vai ter inclusive a sustentabilidade das próprias atividades econômicas, a  
1259 navegação é prejudicada se você tem os rios assoreados. A própria geração de energia hidrelétrica  
1260 é prejudicada se você tem os rios assoreados, a contaminação dos aquíferos vai prejudicar não só a  
1261 geração atual como as gerações vindouras. Então eu acho que nós na parte técnica não conhecemos  
1262 muito bem os trâmites dos processos de decisão, mas a gente está aqui para contribuir no seguinte  
1263 sentido: a gente conhece, tem muita informação de como utilizar o sistema sem esse prejuízo para  
1264 sua conservação, então é por isso que a gente está aqui apresentando para o conselho. Os pulsos de  
1265 inundação do principal rio da região que é o rio Paraguai. Esse aqui é ao longo dos 100 anos, é a  
1266 régua que a gente tem na Marinha do Brasil que é a régua mais antiga do país. A gente pode  
1267 observar que o pantanal ele é naturalmente adaptado para ciclos de cheias e secas só que com essas  
1268 mudanças que a gente está tendo em relação aos impactos antrópicos a gente acha que se houver no  
1269 caso das mudanças climáticas essa adaptação do sistema pode diminuir. A gente chama de  
1270 resiliência do sistema pode diminuir muito. Então a gente está vendo na década de 60 a gente teve  
1271 uma seca muito pronunciada, anos de cheia muito pronunciados, só que agora talvez estejamos  
1272 voltando a um processo de seca e agora temos a influência das mudanças climáticas. Agora, esse é  
1273 o perfil do que o sistema é adaptado, se a gente alterar esses pulsos de inundação anuais e  
1274 plurianuais, aqui no caso são plurianuais, a gente vai afetar com certeza a ecologia do sistema e,  
1275 por conseguinte as atividades econômicas tradicionais da região que são a pesca, o turismo e a  
1276 pecuária. A própria pecuária ela é extremamente favorecida pelo ciclo das águas, pelos nutrientes,  
1277 maior produção de gramíneas nativas para pastejo do gado, o controle de invasoras, isso tudo  
1278 naturalmente os serviços ambientais e os sistemas oferecem como atividades econômicas  
1279 socialmente e economicamente importantes, se a gente alterar isso também vai afetar uma grande  
1280 parte da população pantaneira que depende da saúde do sistema. Aqui é outro tipo de rios, os rios  
1281 que formam o pantanal que vem da parte alta para a planície eles têm outro tipo de hidrôgrafia como  
1282 a gente fala. Eles têm maior variabilidade e respondem direta diretamente as chuvas mais na parte  
1283 de planícies tem um amortecimento e isso garante a produtividade primária e secundária, por  
1284 exemplo, a produtividade da pesca nesses ambientes menos alterados, unimodais, como a gente  
1285 fala, são mais... Me fugiu o termo... São mais harmoniosas, mais previsíveis do que eventos  
1286 rápidos de chuva. Isso está relacionado com produção de peixe, por exemplo, alta biodiversidade e  
1287 alta produção. Vou passar rápido. Esses seriam alguns indicativos de como fazer um manejo  
1288 ecologicamente sustentável de uma bacia hidrográfica de um ecossistema aquático, principalmente  
1289 respeitar os processos hidro-ecológicos do sistema. Aqui no caso na região de Cuiabá, antes da  
1290 Barragem de Manso em azul e em vermelho depois da Barragem de Manso. Desculpe. O ano mais  
1291 úmido, o ano mais seco e aqui em cinza a influência, não é esse, desculpe, mas eu tenho que  
1292 respeitar, desculpe, voltando aqui. Eu tenho que respeitar os anos mais úmidos os anos mais secos,  
1293 os anos médios, e esses picos de influência de chuva ou do começo de enchente do sistema que  
1294 isso é o início do processo, por exemplo, de desova de peixes. Quando eu ponho uma hidrelétrica  
1295 eu mexo, eu estabilizo demais esse sistema e lanço a água do reservatório de acordo com a  
1296 necessidade do operador nacional do sistema, então isso é uma das resoluções do nosso evento  
1297 científico é que a bacia do alto Paraguai seja desacoplada do sistema interligado de geração  
1298 hidrelétrica do país. É uma sugestão para que se mantenha o pulso de inundação do pantanal e se  
1299 mantenha a conservação do ambiente. Aqui reforçando a importância da fase aquática e da fase  
1300 terrestre que é isso que gera a biodiversidade, a conservação e a saúde do sistema e as atividades

1301 econômicas que deles dependem. Aqui é: preservar e restaurar os processos ecológicos na  
1302 constituição brasileira e prover um manejo ecológico das espécies e ecossistemas, então na nossa  
1303 Constituição nós temos o conceito ecológico fundamental para a conservação dos recursos  
1304 hídricos, e no caso na bacia do alto Paraguai. Aqui a nossa sugestão que se faça a lei do pantanal  
1305 também porque nós temos a lei da mata atlântica que foi aprovada recentemente, mas demorou  
1306 catorze anos para ser aprovada. A gente acha que o pantanal nesse risco de conservação que ele já  
1307 se encontra mereceria uma atenção de nós da sociedade como um todo e dos órgãos públicos para  
1308 se fazer a utilização do pantanal de uma forma cientificamente embasada, discutida socialmente,  
1309 mas com uma forma de uma lei. A questão da lei de recursos hídricos não precisa passar que todos  
1310 vocês devem conhecer bem. Eu só vou passar as últimas. A questão dos usos mais exigentes como  
1311 tem na nossa lei. No nosso caso o uso mais exigente é a pesca, e a pesca depende de uma  
1312 conservação muito rigorosa de todos os usos da bacia, frente à pesca os outros usos são menos  
1313 exigentes, inclusive a dessedentação humana, para você manter uma população de peixes passível  
1314 de ser utilizada economicamente a gente precisa ter o ambiente extremamente saudável e para isso  
1315 o uso mais exigente é a pesca. Por exemplo, contaminação nós podemos até beber algum nível de  
1316 contaminação, mas para a manutenção da vida aquática é mais rigoroso ainda os níveis de  
1317 contaminação, então para a gente manter a pesca como manda a lei nós temos que conservar o  
1318 ambiente de uma forma muito mais eficiente. A gente tem estudos que foram feitos na década de  
1319 70 e 90 para a conservação da bacia, como desenvolver a bacia de uma forma passível de  
1320 conservação só que esses estudos estão nas gavetas, a gente não conseguiu ainda colocá-los em  
1321 atuação. Aqui a questão da plantação de soja e de algodão na parte alta, o desmatamento quase  
1322 total, cerca de 60% a 80% da área das partes altas das bacias que formam o pantanal já estão  
1323 desmatadas, inclusive cabeceiras. A questão das usinas de álcool na região que são extremamente  
1324 polêmicas que foram barradas pela resolução CONAMA de 85 e agora se quer voltar à questão do  
1325 vinhoto. Todos os impactos das bacias e a questão das hidrelétricas é um deles. O desmatamento  
1326 em relação principalmente a produção de carvão, o Mato Grosso do Sul fornece 40% do carvão  
1327 para o Brasil, carvão proveniente de mata nativa, desmatamento de cerrado. Agora aqui é o rio  
1328 Taquari com processo de assoreamento, desmatamento da mata ciliar. São os impactos em geral.  
1329 Eu quero entrar na questão das hidrelétricas, específico, só mostrar o mapa, esses são todos os  
1330 impactos da região. A questão da hidrovia que é extremamente preocupante também. Eu vou  
1331 passar agora só a questão das hidrelétricas. Aqui só desmatamento da parte alta da região da bacia  
1332 do Alto Taquari praticamente 80%, o terreno como eu falei é facilmente erodível, isso provoca  
1333 voçorocas em vários pontos da bacia. Isso é o mau uso da bacia o mau uso dos recursos naturais,  
1334 aqui na região da bacia do Miranda também a parte alta com 80%, 60% desmatado. Outras bacias,  
1335 a parte alta das bacias com 50%, 60%. Isso aqui é o desmatamento da parte alta e da planície que  
1336 está chegando a 12% e a 15% dependendo do método utilizado. Pode ir passando. Aqui juntando a  
1337 parte alta e a planície e o nível de desmatamento. Aqui a declaração de Cuiabá. Eu vou deixar essa  
1338 apresentação para vocês. Isso aqui é de todo simpósio de áreas úmidas que tem a preocupação das  
1339 hidrelétricas e o funcionamento das áreas úmidas. Agora só para finalizar eu vou passar os slides  
1340 dos projetos que o Ministério de Minas e Energia e a empresa de pesquisa energética do Brasil  
1341 estão prevendo para a região. São 110 projetos de hidrelétricas, 90% deles se concentram na parte  
1342 alta da bacia na região do Mato Grosso, ou seja, exatamente naquela região que é provedora de  
1343 água para o sistema pantanal. Essas daqui são as já em operação, hidrelétricas de maior porte. Aqui  
1344 são as PCHs em operação. Aqui as centrais geradoras de hidro-eletricidade que são de menor porte  
1345 na geração de energia já em operação. As PCHs em construção. Esses são dados do Ministério de  
1346 Minas e Energia, tem uma hidrelétrica de grande porte na bacia do Taquari. Essas são as PCHs em  
1347 planejamento, então vocês podem ver que são várias PCHs no mesmo corpo de água. Essas PCHs  
1348 em processo de inventário ainda, aqui já na região do Paraná também. Desculpe. Aqui é na bacia.  
1349 Então aqui são os 110 projetos para a bacia. A nossa preocupação então como representantes do  
1350 setor de pesquisa é em relação a propor uma avaliação ambiental integrada que é um instrumento

1351 do Ministério de Minas e Energia, é uma proposta também do Ministério do Meio Ambiente na  
1352 Secretaria de Recursos Hídricos que se pare esse processo de instalação desses empreendimentos  
1353 sem ter uma avaliação conjunta do que todos esses empreendimentos vão afetar o sistema. E a  
1354 gente está aqui para colocar essa pauta em discussão, a gente propôs também um grupo técnico  
1355 multidisciplinar, interministerial e interinstitucional para se discutir isso e propor soluções mais  
1356 adequadas para a conservação da bacia do alto Paraguai que é o nosso objetivo. Na carta que eu  
1357 enviei ao conselho que é a carta resultante do workshop nós temos outras propostas,  
1358 recomendações e sugestões específicas para algumas bacias como, por exemplo, a do Cuiabá.  
1359 Então muito obrigado pela oportunidade. Desculpe o adiantado...**Sr. Vicente Andreu Guillo**  
1360 **(Secretário Executivo CNRH)**. Queria agradecer, tem um conjunto de conclusões e  
1361 evidentemente são conclusões não convencionais, mas baseadas em um conjunto de informações e  
1362 de estudos bastante rigoroso. Então eu queria parabenizar o trabalho. Da nossa parte aqui do  
1363 conselho eu penso que a gente deve contribuir junto ao setor hidrelétrico brasileiro no sentido de  
1364 que os impactos sejam os menores possíveis evidentemente; e que a gente possa atender  
1365 adequadamente os ecossistemas, de maneira que a gente não venha em um futuro próximo olhar  
1366 para esse passado e verificar que eventualmente tomamos alguma medida que era de  
1367 conhecimento, tinha uma base científica e a decisão acabou não sendo tomada. Eu tomei a  
1368 iniciativa, quando eu tomei contato com esse trabalho, de entrar em contato com (inaudível) eu  
1369 queria que o conselho inclusive aprofundasse e conhecesse também junto quais são os critérios  
1370 para despacho das usinas hidrelétricas no Brasil. E os critérios para despacho eles consideram a  
1371 variável ambiental do ponto de vista dos seus reservatórios, ele não tem ainda uma introdução de  
1372 critérios científicos que são bastante relevantes. Então eu penso que há aí um espaço significativo  
1373 para a continuidade desse trabalho e que a gente possa avaliar as conclusões apresentadas inclusive  
1374 interagir com o setor elétrico no sentido de produzir um despacho das usinas hidrelétricas e  
1375 também das térmicas em função das emissões. Mas aqui falamos exclusivamente das hidrelétricas  
1376 de tal forma que algumas coisas como esse pulso que você menciona no início do ciclo necessário  
1377 para que haja a reprodução adequada de peixes possa vir a ser atendida. Então queria agradecer,  
1378 nós temos um tempo exíguo, nós imaginávamos que o tempo inicial para a reunião fosse menor  
1379 para o debate anterior, mas mesmo assim eu gostaria de deixar aberta a palavra para se algum  
1380 conselheiro ou conselheira desejasse se manifestar rapidamente a gente possa ter essa contribuição.  
1381 Então, por favor. **Conselheiro Walder Suriani (Prestadores de Serviço Públicos de**  
1382 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)**. Eu gostaria de saber da palestrante aonde  
1383 entra os EIAs e os RIMAs nesse processo todo de estudo. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**  
1384 **Executivo CNRH)**. Eu queria aproveitar, Cybis... Vamos aproveitar, pode ser assim? **Conselheiro**  
1385 **Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP)**. Primeiro parabenizar pelo trabalho e de longa data eu  
1386 conheço a pesquisadora. Eu estive envolvido dentro do PCBAP na época do PCBAP pelo IPH  
1387 também e só sobre a sua colocação sobre o pulso, na realidade dentro desse conselho na CTAP e  
1388 acho que câmara (inaudível) está se discutindo a vazão ecológica, e uma das propostas que tem  
1389 uma fonte também do IPH, também do Professor Collischonn, seria do hidrograma ecológico e não  
1390 dá vazão ecológica que inclui... É na realidade aquele hidrograma que aparece ali, isso seria para o  
1391 pantanal especialmente seria fundamental que fosse adotado na operação das hidrelétricas o  
1392 respeito àquele hidrograma ecológico. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
1393 **CNRH)**. Mais alguma contribuição? Posso passar à pesquisadora? **Sra. Débora Fernandes**  
1394 **Calheiros (EMBRAPA – Pantanal)**. Exatamente a nossa proposição é que se façam... Os Estudos  
1395 de Impacto Ambiental e os RIMAs eles são feitos por empreendimento, então o empreendimento é  
1396 licenciado em nível estadual ou federal, mas eles são licenciados isoladamente e a questão é a  
1397 visão do conjunto. Essa ferramenta que se chama Avaliação Ambiental Integrada já foi feita em  
1398 outras bacias pelo próprio Ministério de Minas e Energia na Empresa de Pesquisa Energética que  
1399 nós solicitamos. Eu sei que a Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul já solicitou  
1400 depois desse workshop a realização da Avaliação Ambiental Integrada para a Empresa de Pesquisa

1401 Energética no caso na bacia como um todo. Mas o problema dos EIAs RIMAs são essas  
1402 dificuldades porque são isolados, não se tem visão do conjunto e a unidade que nós que somos da  
1403 área de recursos hídricos temos que pensar planejar e fazer a gestão é em termos de bacia como um  
1404 todo. Na segunda pergunta é exatamente, a gente tem o trabalho, o Professor Collischonn, eu vou  
1405 deixar também as apresentações dos palestrantes desse workshop para vocês. O Professor  
1406 Collischonn foi um dos palestrantes e a nossa proposição é realmente respeitar o hidrograma  
1407 ecológico que é respeitar os ciclos mais importantes do sistema, uma vez que você evidencia isso  
1408 com estudos ecológicos. E a gente tem bastante informação, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul,  
1409 universidades, Embrapa, universidade particulares, as próprias CEMAS eles têm muita informação  
1410 para alimentar e tentar reproduzir o melhor possível o fluxo natural das águas. Só que aí a gente  
1411 teria que ter essa questão de desvincular do operador nacional do sistema porque uma vez que  
1412 precisa de energia quem rege é a demanda de energia e não o ciclo das águas naturais. **Sra.**  
1413 **Andréa (MME)**. Eu vou fazer um comentário só. Eu acho muito bom que você tenha proposto  
1414 fazer uma avaliação integrada da bacia, eu acho que isso é perfeito, deve ser encaminhado a EPE,  
1415 mas exatamente contra sua proposta de desligar do sistema interligado. O que o sistema interligado  
1416 faz? Quando tem muita energia fora do pantanal ele leva também para o Pantanal, se você desligar  
1417 você está dizendo: também não vou receber a energia que está sobrando em outras regiões do país  
1418 para o pantanal. Então você está dizendo que o pantanal é auto-suficiente em energia. Então se ele  
1419 não tem energia hidrelétrica suficiente para ele teria que ter outra fonte de energia, termelétrica,  
1420 outra fonte de energia. Então é só para a gente tomar cuidado. O que você está dizendo? - Olha,  
1421 não queremos exportar energia ou queremos manter uma vazão ecológica, com hidrograma  
1422 ecológico adequado para a manutenção do pulso ecológico do pantanal. Isso é uma coisa. E a  
1423 proposta concreta de desligar do sistema interligado significa que você também não vai trazer  
1424 energia quando o pantanal precisar. É esse o ponto principal. **Sra. Débora Fernandes Calheiros**  
1425 **(EMBRAPA – Pantanal)**. Na verdade não é a minha proposta. É a proposta do grupo do  
1426 workshop e essa avaliação ambiental integrada foi também sugerida pelo técnico do Ministério de  
1427 Minas e Energia que é o Carlos Frederico Menezes. A questão de ligar ou não ao operador  
1428 nacional do sistema é uma questão que tem que se resolver tecnicamente no nosso ponto de vista  
1429 ecológico, mas a gente tem conversar multi-institucional e multidisciplinar justamente para ver até  
1430 que ponto isso pode ser feito em termos de processo de geração e distribuição de energia elétrica.  
1431 Mas o que a gente teme, por exemplo, é que as grandes hidrelétricas estão na principal bacia do  
1432 sistema que é a bacia do Cuiabá que fornece 40% da água para o sistema. Então como resolver isso  
1433 a gente justamente é a proposta nossa de ter um grupo de trabalho para discutir isso  
1434 multidisciplinarmente. **Sr. Flávio René Brea Victoria (Diretor de Recursos Hídricos de Santa**  
1435 **Catarina)**. Obrigado pela oportunidade. Eu não vou entrar em detalhes especificamente do  
1436 trabalho em relação ao pantanal, um belo trabalho numa bacia específica de grande relevância,  
1437 então não vou entrar em detalhes específicos, mas vou falar um pouco da experiência que nós  
1438 estamos levando a termo em Santa Catarina que é a estruturação da área de recursos hídricos.  
1439 Nesse sentido nós estamos nos deparando justamente com esses paradoxos, o paradoxo de  
1440 necessitarmos de energia, de necessitarmos de infra-estruturas e ao mesmo tempo termos  
1441 limitações fortes em relação a questões ambientais. Eu tenho dito que nós temos leis de  
1442 primeiríssimo mundo em termos ambientais e temos necessidade de quinto mundo em termos de  
1443 infra-estrutura. Então é um paradoxo que nós vamos ter que gerenciar e vamos ter que conviver.  
1444 Como é que nós estamos tratando isso em Santa Catarina? A partir da estruturação técnica da área  
1445 de recursos hídricos nós estamos fazendo uma análise inclusive no caso das PCHs para outorga  
1446 fazendo uma análise hídrica e integrada nas bacias. Então quando nós analisamos  
1447 empreendimentos de outorgas de PCHs nós analisamos os diversos usuários de água e garantimos  
1448 a água para os diversos usuários em um cenário atual e futuro. Então limitamos o empreendimento  
1449 hidrelétrico e aí é uma realidade que nós temos levado a ANEEL porque antes se considerava  
1450 justamente o que alguém disse; eu acho que foi você que falou que o potencial hídrico em termos

1451 de geração de energia era o que contava. Então o inventário dá isso, é o potencial hídrico  
1452 hidráulico da região, só que a isso têm que ser considerado os múltiplos usos de água na bacia. É  
1453 isso que nós estamos na parte de outorga considerando. Então a fazer isso nós diminuimos do  
1454 inventário aquilo que... O cara tem um potencial de 15 Mv, mas na verdade se eu vou considerar os  
1455 outros usuários ele não vai ter água para 15 Mv, vai ter água para 8 Mv somente. Então na  
1456 avaliação hídrica integrada você tem a possibilidade dessa consideração. Estamos caminhando  
1457 juntos também na questão da avaliação ambiental integrada que eu acho que é um pano de fundo  
1458 importante, e aí eu coloco esse assunto como fundamental dentro do conselho de recursos hídricos  
1459 porque essa avaliação está sendo muito focada, avaliação ambiental integrada está sendo muito  
1460 focada na questão das PCHs. Eu não vejo isso como foco principal. Nós estamos trabalhando  
1461 questões de obras hídricas nas bacias e precisamos fazer avaliação ambiental integrada para  
1462 subsidiar decisões em de obras hídricas do meio rural, tanto PCHs quanto pequenas barragens de  
1463 regularização de rios e etc.. Então essa uma discussão importante que nós estamos levando na  
1464 prática com o Ministério do Meio Ambiente realizando a avaliação integrada agora da bacia do rio  
1465 Uruguai com uma concepção já realizada no Rio Grande do Sul, um aperfeiçoamento, e nós vamos  
1466 adotar como pano de fundo para as decisões. Agora, uma questão importante é que eu gostaria de  
1467 colocar aos demais conselheiros é que essa questão não pode ser levada do ponto de vista  
1468 ideológico ambiental ou com uma discussão muito ecológica ou muito focada no tecnicismo ou no  
1469 ecológico, porque na verdade na avaliação ambiental integrada existe metodologia existe o tempo a  
1470 ser executado e o mundo não vai parar porque nós queremos fazer um estudo mais aprofundado.  
1471 Eu acho que nós temos que ter a concepção. É isso que nós tentamos ter em Santa Catarina. A  
1472 concepção de que nós vamos melhorar as metodologias vamos aperfeiçoar e vamos aperfeiçoar os  
1473 estudos, mas basicamente nós temos que continuar analisando com os critérios que nós temos hoje  
1474 e nós estamos usando na avaliação hídrica integrada para aperfeiçoar o processo e depois quando  
1475 tivermos a avaliação integrada tenhamos um contexto mais amplo. Obrigado. **Sra. Débora**  
1476 **Fernandes Calheiros (EMBRAPA – Pantanal).** É interessante conhecer a experiência de Santa  
1477 Catarina. Eu sei que outros países África do Sul, Austrália e Índia eles estão com processo de  
1478 funcionamento do regime do reservatório de forma mais ecológico, levando em conta as questões  
1479 de conservação dos processos ecológicos do sistema. Eu queria colocar aqui a gente tem que ter  
1480 um limite de uso para qualquer sistema ecológico, e o nosso limite de uso na questão da bacia do  
1481 alto Paraguai ela também passa pela questão de que todas as sub-bacias não podem ter  
1482 hidrelétricas, e as hidrelétricas que já estão instaladas elas deveriam ter um regime mais  
1483 hidrológico. Se a gente quiser realmente conservar o pantanal como ele é nos processos, um bioma  
1484 que é patrimônio nacional a gente tem que respeitar os processos ecológicos inclusive isso está na  
1485 Constituição. Então como fazer isso tem que ter uma base ecológica científica não ideológica, mas  
1486 científica e não só economicista como alguns falaram aqui, mas simplesmente assim, existe uma  
1487 população da região que depende da saúde ambiental e elas também fazem parte dos múltiplos  
1488 usos. A pesca como eu falei também baseado na nossa legislação é o uso mais exigente. Então  
1489 como fazer o balanço de todas essas implicações cabe a nós técnicos e conselheiros se a gente  
1490 puder discutir junto nesse grupo de trabalho proposto ou nessa proposta de lei do pantanal como  
1491 também está na Constituição. Obrigada pela oportunidade. **Sr. Vicente Andreu Guillo**  
1492 **(Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Fica evidente que é acertada a decisão de trazer  
1493 esses temas para o conhecimento do conselho. Infelizmente o nosso tempo não está propiciando  
1494 que a gente possa aprofundar um tema com a relevância e as contribuições que isso tem. Mas eu  
1495 queria agradecer a Professora Débora estar aqui conosco, a apresentação, temos que verificar  
1496 inclusive como dar prosseguimento interagindo o tempo todo também com o Ministério de Minas e  
1497 Energia, retirar essas cargas de que há vilões nesse processo todo e tentar enxergar as coisas com  
1498 as contribuições que a própria ciência tem acrescentado. Então nós temos que ter um olhar mais  
1499 acurado, coisas que nós não víamos hoje a gente têm que enxergar e tem que tomar decisão com  
1500 base nelas também. Em relação ao nosso tempo eu cometi alguns erros, mas um eu devo confessar,

1501 quando a gente aprovou que o conselho deve indicar um representante ficou vazio qual é a  
1502 representação do conselho na resolução anterior, qual é a representação do conselho naquele  
1503 colegiado. Então houve já a construção de uma proposta que eu gostaria que a Rosa apresentasse  
1504 aqui ao plenário para que a gente pudesse concluir a etapa anterior sem essa lacuna. Por favor,  
1505 Rosa. **Conselheira Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP)**. Na verdade esse  
1506 representante do conselho vai compor o grupo gestor, colegiado gestor. Esse colegiado gestor hoje  
1507 já é composto por representantes dos órgãos estaduais dos cinco estados que envolvem a bacia  
1508 mais o Distrito Federal e secretarias. A nossa proposta na verdade é que este grupo passe a ser  
1509 representado com esse representante do conselho nacional, que a representação seja do segmento  
1510 de conselhos estaduais, uma vez que não existem ainda comitês de bacias nessa região o conselho  
1511 estadual seria a representação natural de maneira colegiada para estar compondo esse grupo. E  
1512 mais do que isso. Dos cinco estados que compõem e o Distrito Federal o Estado do Tocantins e o  
1513 Estado do Pará que são os estados que têm maior representação, têm maior território, mas o Estado  
1514 do Pará que tem além de maior território ele tem uma maior população; uma vez que a região  
1515 metropolitana de Belém está inserida dentro da bacia. Então na verdade eu estou propondo também  
1516 que o Estado do Pará, o Conselho Estadual do Pará seja representado na figura do Manuel  
1517 Imbiriba. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Muito obrigado. Então tem  
1518 uma proposta de que seja o Conselheiro Imbiriba representando o conselho estadual do Pará.  
1519 Houve uma manifestação do João Clímaco. Pois não, João Clímaco. **Conselheiro João Clímaco**  
1520 **Soares de Mendonça (ONGs)**. Senhor secretário, como todos viram eu tenho clareza de que a  
1521 visão equivocada da decisão ela não interfere no andar da carruagem, quer dizer, estamos todos  
1522 banhados pelas águas, o rio está lá andando, está tendo sua vazão ecológica e não ecológica, os  
1523 empreendimentos, as máquinas e tratores já estão com as ignições ligadas, às indústrias de  
1524 consultorias estão todas preparadas, então nós temos que conviver com esse cenário. Contudo já  
1525 que o senhor colocou em pauta uma discussão sobre a representação do conselho eu volto a dizer  
1526 pela forma como foi conduzido tudo que a ausência como nós entendemos dos princípios de  
1527 participação que não foram bem fundamentados conforme a Lei 9433; a gente acha que nessa  
1528 representação do conselho que em tese como já expliquei tem uma trajetória desqualificadora do  
1529 nosso papel, não deixe de constar como se faria nesse arranjo a representação das organizações  
1530 civis e sociais que estão atuando nos conselhos estaduais e aqui no conselho. Até porque nós fomos  
1531 eleitos, reeleitos agora e a maior parte dos nossos votos veio daquela região do Araguaia-  
1532 Tocantins, se considerasse como esse arranjo poderá ser contemplado tendo em vista que se não  
1533 bastasse já o caráter da proposta que a gente está em desacordo como foi manifestado aqui ainda  
1534 temos que enfrentar uma gestão, um gerenciamento do processo reafirmando as coisas que a gente  
1535 não concordou e votamos contra. Mas em política processo de construção, não é processo de  
1536 destruição de exclusão, estamos manifestando nossa preocupação em que nesse arranjo a gente  
1537 possa ver um mecanismo de poder contribuir e alterar quem sabe para melhor esse processo. **Sr.**  
1538 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Se eu interpretei corretamente a sua fala  
1539 você não está colocando à candidatura da sociedade civil aqui na questão da representação do  
1540 conselho, mas sim que esse arranjo, quer dizer, na medida em que isso começar a andar haja uma  
1541 preocupação para que a sociedade civil seja incluída, é isso? **Conselheiro João Clímaco Soares**  
1542 **de Mendonça (ONGs)**. Senhor secretário eu não sou ingênuo de acreditar que esse conselho vai  
1543 votar na representação da sociedade civil para representar o conselho nesse arranjo. Mas eu tenho  
1544 clareza que se também não houver uma forma de nós podermos intervir... Para nós tanto faz ser um  
1545 varredor de rua ou indústria de consultoria, a gente tem um princípio de respeitar as decisões e  
1546 perseguir a construção do estado de direito democrático, sem me basear em sofismas marxistas e  
1547 tudo mais, e de direitista, sobretudo. Então eu acho que a gente tem que fazer agora uma  
1548 construção porque o que foi decidido aqui hoje vai totalmente contra as manifestações dos  
1549 movimentos sociais. Nós temos que construir agora uma convergência. Então eu proponho que  
1550 nesse arranjo, eu não sei se o conselho vai votar no Imbiriba, eu nem vou entrar nessa discussão da

1551 sociedade civil participar disso, mas nós temos que achar um jeito de poder a interface social dizer:  
1552 - olha, está aí. Nós avisamos. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Bom,  
1553 então eu acho que entendi direito, tem uma proposta objetiva que o conselho seja representado pelo  
1554 Conselho Estadual do Pará na pessoa do Imbiriba, e uma recomendação que vale desde já caso essa  
1555 proposta siga adiante pelo próprio Imbiriba e para o próprio conselho na sua apreciação do  
1556 detalhamento do plano que a gente tenha uma preocupação com a inclusão da sociedade civil. É  
1557 isso? **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)**. Posso fazer um rearranjo  
1558 secundário ou subalterno a esse arranjo desse conselho para que a gente consiga pôr o pessoal que  
1559 está aqui inscrito relacionado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Uma  
1560 preocupação de que a gente possa contemplar nesse arranjo o envolvimento da sociedade civil.  
1561 Está bem? Mas não há então nenhuma indicação diferente de que seja do Estado do Pará o  
1562 Conselheiro Imbiriba. Pois não Hugo? **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (Ministério**  
1563 **da Justiça)**. Desculpe meu desconhecimento, mas dentro do conselho estadual o Conselheiro  
1564 Imbiriba representa quem? **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Por  
1565 favor, Imbiriba. O Imbiriba é o Diretor de Recursos Hídricos do Estado do Pará e ele é o  
1566 representante do....**Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio (Ministério da Justiça)**. É porque nesse  
1567 colegiado já está prevista a participação dos seis estados...**Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**  
1568 **Executivo CNRH)**. Da Secretaria... **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (Ministério da**  
1569 **Justiça)**. Então não seria uma dupla representação? O Pará teria dois representantes? Eu acho que  
1570 a gente tem que ter essa preocupação. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**.  
1571 Na verdade essa representação não seria uma representação em nome do Estado do Pará, seria uma  
1572 representação do Conselho Nacional, e aí no que foi conversado antes Hugo de forma genérica  
1573 quando essa proposta foi construída, é de que não seria prudente também que a gente tivesse uma  
1574 indicação do conselho de fora da bacia. Em sendo esse raciocínio um raciocínio mais forte, quer  
1575 dizer, que seja alguém da bacia, alguém vai ter uma dupla representação porque seria alguém da  
1576 bacia e disse a gente não pode fugir, a menos que a gente tome a decisão de que a representação do  
1577 conselho no plano estratégico do Araguaia-Tocantins não seja alguém da bacia, fora disso vai ter  
1578 representação dupla em qualquer hipótese. Então é por isso que se pensou na proposta dizendo o  
1579 seguinte: qual é o estado que tem a maior região, a maior área da bacia concentrada  
1580 geograficamente? Então é o Estado do Pará juntamente com Tocantins, Tocantins tem a maior  
1581 parte do seu território, mas a maior parte da bacia está no Estado do Pará. Então foi esse o critério  
1582 geral que foi adotado bastante genérico. Agora, se isso tem... Por favor, João Clímaco, se isso tem  
1583 alguma polêmica podemos transferir para depois. Agora, essa sua pergunta ela está respondida por  
1584 isso, em sendo da bacia haverá dupla representação, em não sendo da bacia a gente tem que avaliar  
1585 se isso é adequado ou não. A ideia geral é que deve ser da bacia, o melhor acompanhamento é de  
1586 alguém que esteja vinculado à bacia. **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (Ministério da**  
1587 **Justiça)**. Bem, eu não sei. Duas observações. Eu acho que a gente deve sim evitar essa dupla  
1588 representação, a gente talvez ache outra solução. Eu acho que como esse assunto não está em  
1589 pauta, a eleição do representante do CNRH, de repente a gente dá um tempo para os interessados  
1590 se manifestarem e a gente decidir isso na próxima reunião como item de pauta, porque eu não sou  
1591 o único, tem várias pessoas se sentindo desconfortáveis com a condução desse assunto assim sem  
1592 aviso prévio para ninguém. Então é uma...**Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**  
1593 **CNRH)**. Está bem. Eu vou fazer uma consulta. Quais os conselheiros, isso é só um indicativo, isso  
1594 não é a votação. Eu tinha um amigo que chamava isso de aferição, por favor, os conselheiros que  
1595 estão desconfortáveis com essa situação que o Hugo mencionou? Há certo desconforto no plenário.  
1596 Então a ideia é de que a gente, e não é uma eleição, nós podemos discutir qual é o critério. Nós  
1597 vamos ter que estabelecer um critério e a partir desse critério adotar o critério. Nós não vamos abrir  
1598 uma vaga de eleição do representante do conselho no colegiado gestor, não é esse o princípio, tanto  
1599 é que está lá uma indicação, pode ser através de uma eleição se a gente achar que é o mais  
1600 adequado, mas o que nós pensamos foi em um critério, e a partir desse critério ter naturalmente a



1601 representação qualquer que ela seja. Então tem uma posição de que a gente envie essa discussão  
1602 para a próxima reunião do conselho, há vários conselheiros que entendem que isso é o mais  
1603 oportuno, então é essa a sugestão, e a gente mantém como uma proposta para a próxima reunião a  
1604 proposta aqui já apresentada, mas no âmbito do vamos dizer assim do amadurecimento dessa  
1605 discussão pelos conselheiros e pelas conselheiras. Está bem? Bom, o próximo ponto de pauta ele  
1606 trata da apresentação também muito interessante do Professor Francisco Assis de Souza Filho,  
1607 Professor da Universidade Federal do Ceará e Presidente da Associação Brasileira de Recursos  
1608 Hídricos – ABRH. E o tema: “Os efeitos das mudanças climáticas nas cidades litorâneas”. O que  
1609 nós pensamos o professor está aqui, cadê o professor? O que nós pensamos e aí até para que a  
1610 gente possa usufruir adequadamente do debate a respeito do tema que vai ser um tema progressivo,  
1611 a discussão sobre mudanças climáticas dentro do conselho, nós aqui estaremos fazendo o início, o  
1612 aquecimento do tema porque evidentemente mudanças climáticas vai se relacionar com todo o  
1613 planeta e não apenas no caso com as cidades litorâneas; mas nós pretendíamos fazer aqui esse  
1614 aquecimento motivado pela qualidade dessa apresentação. Então que nós estamos sugerindo é que  
1615 em respeito à sua disponibilidade e aos conselheiros também que a gente tivesse uma síntese,  
1616 alguns tópicos gerais dessa apresentação por cinco minutos, dez minutos no máximo, nós não  
1617 entraríamos em discussão e nós retomariamos depois de uma forma organizada, a discussão sobre  
1618 mudanças climáticas reconsiderando o tema mudanças climáticas nas cidades litorâneas. Pode ser  
1619 isso? O Professor se encontra a vontade dessa maneira? Então Professor Assis, Professor Doutor da  
1620 Universidade Federal do Ceará. Já pensou ter problemas com àquelas praias belíssimas do Ceará,  
1621 não só elas, mas aí seria uma tragédia. Por favor, professor. **Sr. Professor Francisco Assis de**  
1622 **Souza Filho (Universidade Federal do Ceará)**. Inicialmente eu gostaria de agradecer  
1623 imensamente o convite feito para vir a esse conselho apresentar uma discussão sobre a questão de  
1624 mudança climática. Na próxima oportunidade a gente vai detalhar, mas as teses básicas que nós  
1625 trazíamos aqui para apresentar a vocês e discutir são as seguintes: primeiro, que o tema da questão  
1626 da mudança climática é um tema relevante por tratar de aspectos tanto da oferta como da demanda  
1627 de recursos hídricos, como da ocorrência da água para a sustentabilidade dos ecossistemas. Então  
1628 esse é um tema extremamente relevante e esse tema ele deve ser abordado de forma mais  
1629 sistemática pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e pela Política Nacional de Recursos  
1630 Hídricos, merecendo inclusive ser incorporado de uma forma mais integral no Plano Nacional de  
1631 Recursos Hídricos. Um segundo ponto que a gente também pretende discutir nesse conselho diz  
1632 respeito ao seguinte: o tema de mudança climática ele não pode estar dissociado do tema da  
1633 variabilidade climática. A gente tem que entender a mudança climática, as possibilidades de  
1634 ocorrer mudança climática dentro de um contexto da variabilidade climática. O contexto da  
1635 variabilidade climática inclusive entendendo a variabilidade climática como sendo a variabilidade  
1636 climática interanual que é aquela variabilidade que nós temos de anos secos e anos úmidos; a  
1637 variedade decadal que nós temos décadas secas e décadas úmidas, a variabilidade climática que  
1638 acontece inclusive em escalas de tempo muito maiores, centenárias e milenares. Essa variabilidade  
1639 climática nessas escalas elas solicitam enormemente os sistemas de recursos hídricos. Um exemplo  
1640 para vocês é que o setor hidrelétrico brasileiro ele tem vazões diferentes antes e depois da década  
1641 de 70, parte associada à mudança de uso e ocupação do solo, parte da bacia, por exemplo, do  
1642 Paraná, parte associada à questão do clima. Esse mesmo sinal que é encontrado no setor  
1643 hidrelétrico do Paraná é encontrado, por exemplo, no Ceará na variabilidade climática que a gente  
1644 tem de décadas secas e décadas úmidas e períodos mais secos e períodos mais úmidos. A Política  
1645 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos necessita estar preparada para esse processo de  
1646 variabilidade, e a potencial mudança nessas flutuações, nessa variabilidade que acontece que  
1647 podem vir a estar associadas à mudança climática. Estar preparado para isso é estar preparado para  
1648 gerenciar corretamente o risco climático no setor de recursos hídricos, preparado para isso é  
1649 começar a construir instrumentos econômicos como seguros e outros instrumentos que nos  
1650 instrumentalizem para podermos melhor gerir a questão do risco associado ao clima, do risco

1651 climático de recursos hídricos considerando a variabilidade e a mudança climática. E as cidades  
1652 litorâneas associadas a isso elas sofrem um duplo estresse na questão do clima e na questão  
1653 associada a mudanças climáticas. O primeiro associado aos próprios recursos de água, os recursos  
1654 associados à questão de energia que por conta dos padrões da variabilidade climática e de mudança  
1655 climática vão fazer com que sejam mais escassos ou sejam mais incertos, ou escassos ou incertos, e  
1656 a incerteza associada a esses processos necessita ser trabalhada. E a segunda questão está associada  
1657 até mesmo que 20% da população brasileira vivem em municípios na região costeira, boa parte dos  
1658 nossos portos estão nessa região costeira, mais de 90% das exportações brasileiras estão associadas  
1659 a esses portos, então tanto do ponto de vista da estrutura portuária que foram projetadas para um  
1660 dado sistema de variabilidade vão precisar ser repensados. Assim mesmo como o próprio  
1661 equilíbrio costeiro que vai ser, pode vir a ser comprometido em função da mudança do regime dos  
1662 nossos rios e com isso o transporte de sedimento na foz; assim como também de elevação do nível  
1663 do mar por conta da expansão do mar associada à temperatura, associada também à questão de  
1664 mudança de variação de pressão, associada até a uma mudança de regime de ventos que vai  
1665 modificar o sistema de ondas. Então essas duas pressões, a vinda pelo mar associada com a  
1666 possibilidade de mudança e a vinda pelas águas interiores, associada a essa disponibilidade hídrica  
1667 vão fazer com que nós tenhamos uma reflexão, necessitemos de uma reflexão mais profunda sobre  
1668 essa questão da mudança climática nas cidades costeiras. E para isso a gente vai ter que definir  
1669 uma política muito clara utilizando aqui o conceito da (inaudível) sobre essa questão de  
1670 gerenciamento de recursos naturais. A gente vai ter que trabalhar fortemente como ter uma maior  
1671 capacidade dos nossos sistemas de trabalhar conflitos e estar preparado para mudanças, fazer com  
1672 que a gente tenha o planejamento e consiga identificar quais são as regras do jogo e faça serem  
1673 cumpridas essas regras do jogo, e a gente acrescentaria inclusive nisso ter uma visão mais apurada,  
1674 estar mais bem instrumentalizado para poder gerenciar o risco climático. Eu acho que essa questão  
1675 do gerenciamento do risco climático ela é chave para que a gente tenha uma abordagem, uma  
1676 abordagem não só digamos assim televisiva com (inaudível) positivo de ir para as câmaras e fazer  
1677 medo sobre a mudança climática, mas preparar a sociedade para gerenciar a variabilidade climática  
1678 nas suas diversas escalas e assim incorporar a questão do clima. Eu acho que isso é chave e a gente  
1679 vai ter que estar preparado e instrumentalizado para isso. Então de forma geral era é um pouco esse  
1680 o conteúdo da apresentação e a gente vai mostrar para vocês esses padrões de variação e como é  
1681 que o setor de recursos hídricos deve estar preparado para um processo de adaptação. Esse  
1682 processo de adaptação a gente pode inclusive utilizar o conceito que foi discutido hoje de forma an  
1683 passant: o conceito de resiliência que nasce em 73 com (inaudível) na ecologia e que hoje a gente  
1684 tem que começar a abordar os sistemas sócio-naturais sobre esse conceito de resiliência que tem a  
1685 ver com instrumento básico. Tem que entender essa capacidade de adaptação e o gerenciamento do  
1686 risco climático; gerenciar o risco climático e aumentar resiliência dos nossos sistemas como  
1687 ferramenta para aumentar a nossa capacidade de adaptação. E aí seja sobre a mudança climática  
1688 que é incerta do ponto de vista de a gente quantificar qual seria o impacto na faixa costeira e outras  
1689 regiões, mas seja do ponto de vista da variabilidade climática inclusive a decadal. A gente precisa  
1690 estar preparado para tratar melhor essa questão da variabilidade climática na escala decadal.  
1691 Finalmente a última frase seria a seguinte: tem um novo termo que começa a ser traçado “Near-  
1692 Term Climate Change” que o foco central da mudança climática é olhar para 2100. Os nossos  
1693 políticos muitas vezes se preocupam com um mandato de quatro anos e àqueles que acreditam  
1694 potencialmente na sua reeleição oito anos no máximo, talvez esse seja o horizonte, esse “Near-  
1695 Term Climate Change” é exatamente entender como é que as mudanças climáticas e os padrões de  
1696 variação decadais vão acontecer no horizonte mais de curto prazo que é para acontecer nos  
1697 próximos cinco, dez, vinte e trinta anos. E a partir daí construir instrumentos, ferramentas que  
1698 possibilitem gradativamente a gente preparar a sociedade para a adaptação, porque mitigação  
1699 independente do que vá ser feito vai existir um efeito residual em função do CO2 emitido na  
1700 atmosfera. E mesmo que a gente tenha que trabalhar o processo de adaptação à mudança climática

1701 olhando basicamente como é que a gente consegue se adaptar a esse processo de variabilidade  
1702 climática na escala decadal. De forma geral seria isso, mas a gente vai mostrar algumas  
1703 transparências que tentam comprovar um pouco essa tese e discutir mais pormenorizadamente que  
1704 tipo de estratégia nós podemos utilizar para conviver melhor com nosso clima e ter uma maior  
1705 capacidade de adaptação à variabilidade climática nas suas diversas escalas temporais e a mudança  
1706 climática. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Muito  
1707 obrigado. Foi um grande estímulo para que esse debate aconteça e sem dúvida nenhuma também  
1708 uma produção de conhecimento bastante relevante dos tratamentos de novos conceitos a esse  
1709 respeito. O Cybis se inscreveu... **Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP).** Bem  
1710 rápido. Enquanto presidente da câmara técnica de integração de gestão de recursos hídricos e  
1711 gestão costeira é só para informar e fazer formalmente um convite ao Assis para que ele participe  
1712 da próxima reunião. Rosa me ajude a lembrar... (Intervenção fora do microfone). É dia 8 de maio  
1713 aqui em Brasília, e se escolheu trabalhar o tema mudança climática como uma das tarefas que nós  
1714 nos propusemos para o ano. Então será muito importante a sua presença se você puder participar.  
1715 **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Então nós  
1716 concluímos dessa maneira a nossa agenda do dia. Com relação aos informes muito rapidamente, há  
1717 pelo menos dois que eu necessito passar a vocês. A primeira é em respeito ao Conselheiro Dalto  
1718 Favero Brocchi que justificou sua ausência, bem como, da Silvia Freedman Ruas Durães, ele que é  
1719 conselheiro titular representando o segmento de consórcios e associações intermunicipais de bacias  
1720 hidrográficas. Em relação aos informes é uma resposta feita pela Secretaria de Estado do Rio de  
1721 Janeiro, a Conselheira Ninon Machado manifestou há duas reuniões atrás a respeito do comitê do  
1722 Guandu que houve uma resposta e essa resposta então será disponibilizada então para fins de  
1723 registro. Fica aqui que essa resposta está sendo disponibilizada. A Secretaria de Recursos Hídricos,  
1724 essa é bastante relevante, por meio do Programa PROAGUA Nacional contratou três consultorias  
1725 visando: 1 - elaboração de planejamento estratégico que oriente a adequação, complementação e  
1726 convergência do marco legal institucional da gestão de recursos hídricos no Brasil. 2 - elaboração  
1727 de normativos legais identificados como prioritários, visando adequação, complementação e  
1728 convergência do marco legal e institucional de gestão de recursos hídricos no Brasil. 3 – definição,  
1729 desenho institucional e organizacional do observatório das águas. No âmbito dos dois primeiros  
1730 contratos será realizada a oficina, isso aqui é o mais relevante, planejamento estratégico do  
1731 SINGREH, com os conselheiros e presidentes das câmaras técnicas nos dias 27 e 28 de maio na  
1732 sequência da reunião do Conselho Nacional, juntamente com a próxima reunião ordinária do  
1733 conselho. Para subsidiar a oficina solicitamos aos senhores conselheiros e as senhoras conselheiras  
1734 que respondam ao questionário que será entregue em mãos nessa reunião. Isso já foi entregue?  
1735 Será disponibilizado e que posteriormente encaminhe à Secretaria Executiva do conselho via  
1736 correio eletrônico. Salientamos a importância das suas respostas para nos auxiliar na elaboração  
1737 desses estudos que visam o planejamento estratégico do SINGREH e do próprio conselho  
1738 conforme indicado no subprograma 2.3 do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então fica aqui  
1739 essa solicitação da contribuição de todos vocês. Aqui é também muito importante. Considerando o  
1740 início da elaboração do Plano Nacional de Saneamento, o PNS ou PLANSAB e sua consequente  
1741 apreciação pelo plenário, quer dizer, o Plano Nacional de Saneamento será submetido a este  
1742 plenário. Conforme prevê a lei de saneamento a Secretaria de Recursos de Hídricos e Ambiente  
1743 Urbano vem propor que seja constituído um grupo de trabalho no âmbito da câmara técnica do  
1744 plano para acompanhar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento e subsidiar  
1745 este plenário quanto da sua análise. Então a proposta é que a câmara técnica do plano constitua um  
1746 grupo de trabalho para acompanhar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento. O  
1747 site está pronto, contudo devido à reduzida equipe especializada não conseguimos colocá-lo no ar,  
1748 mas que nos próximos dias isso ocorrerá. Solicitamos aos conselheiros a gentileza de deixarem os  
1749 cartões de votação e os crachás nas mesas de recepção e rapidamente abrimos a palavra para caso  
1750 algum conselheiro ou alguma conselheira deseje fazer uso desse espaço para algum informe que

1751 considere relevante. Em não havendo... Como? Pois não? **Conselheiro Manoel Imbiriba Júnior**  
1752 **(CERH/ PA)**. Houve a eleição dos representantes dos conselhos estaduais na reunião passada, mas  
1753 eu acho que na ordinária vai ser apresentado inclusive os novos eleitos. É isso? **Sr. Vicente**  
1754 **Andreu Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Isso, na próxima reunião. Foi encaminhado ofício,  
1755 foi designado às entidades e o ofício foi encaminhando pedindo que essas entidades indiquem os  
1756 nomes. **Conselheiro. Manoel Imbiriba Júnior (CERH/PA)**. O setor dos...**Sr. Vicente Andreu**  
1757 **Guillo (Secretário Executivo CNRH)**. Você já encerrou a reunião da última vez. Lobato se você  
1758 quiser fazer o encerramento da reunião. Você não quer, mas passa o microfone para ele e ele  
1759 encerra a reunião. Encerra a reunião Lobato. **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa**  
1760 **(OTEP)**. Não, eu acho que as duas últimas reuniões têm sido um aprendizado Secretário Vicente  
1761 especialmente tendo temas como esse do pantanal que é estratégico para o país e o de mudança  
1762 climática e a gente percebe que para varrer umas bobagens a gente gastou um tempo enorme e para  
1763 essas questões estratégicas sobra um pedacinho assim. Então eu acho que o Conselho Nacional  
1764 deveria sempre ficar avaliando de que maneira nós estamos ganhando questões estratégicas  
1765 importantes e outras perdendo muito tempo. Seria fundamental que no pantanal nessas bacias que  
1766 foram apresentadas para nós, nós tivéssemos um trabalho estratégico consistente como o plano que  
1767 foi aprovado hoje na nossa reunião. Está encerrada a sessão. **Sr. Vicente Andreu Guillo**  
1768 **(Secretário Executivo CNRH)**. Só agradecer o esforço de todos vocês da equipe como já  
1769 ressaltou o Ministro para que essa reunião tivesse quorum e acontecesse.